



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Passa-se à apreciação da matéria sobre a mesa e da constante da Ordem do Dia.

Item único.

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 343-B, DE 2017

(DO PODER EXECUTIVO)

Continuação da votação, em turno único, do Projeto de Lei Complementar nº 343-B, de 2017, que institui o Regime de Recuperação Fiscal dos Estados e do Distrito Federal e dá outras providências; tendo parecer proferido em Plenário: da Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público, pela aprovação (Relator: Dep. Pedro Paulo); da Comissão de Finanças e Tributação, pela adequação financeira e orçamentária, e, no mérito, pela aprovação, com substitutivo (Relator: Dep. Pedro Paulo); e da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa deste e do Substitutivo da Comissão de Finanças e Tributação (Relator: Dep. Pedro Paulo). Emendas de Plenário de nºs 1 a 65: tendo parecer proferido em Plenário: da Comissão da Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público, pela rejeição das Emendas de nºs 1 a 65 (Relator: Dep. Pedro Paulo); da Comissão de Finanças e Tributação, pela adequação financeira e orçamentária das Emendas de nºs 1 a 6, 9 a 15, 19 a 47, 49 a 51 e 53 a 65; pela inadequação financeira e orçamentária das Emendas de nºs 7,8,16 a 18, 48 e 52; e, no mérito, pela rejeição das Emendas de nºs 1 a 6, 9 a 15, 19 a 47, 49 a 51 e 53 a 65 (Relator: Dep. Pedro Paulo); e da Comissão de



Constituição e Justiça e de Cidadania, pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa das Emendas de nºs 1 a 6, 9 a 15, 19 a 47, 49 a 51 e 53 a 65; e pela inconstitucionalidade e injuridicidade das Emendas de nºs 7,8,16 a 18, 48 e 52 (Relator: Dep. Pedro Paulo). Parecer reformulado, proferido em Plenário: da Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público, pela aprovação parcial da Emenda de nº 33, e pela aprovação total das Emendas de nºs 56 e 64; e pela rejeição das Emendas de nºs 1 a 32, 34 a 55 e 57 a 63 e 65 (Relator: Dep. Pedro Paulo); da Comissão de Finanças e Tributação, pela aprovação parcial da Emenda de nº 33, e pela aprovação total das Emendas de nºs 56 e 64, na forma da subemenda substitutiva global; e pela rejeição das de nºs 1 a 32, 34 a 55, 57 a 63 e 65 (Relator: Dep. Pedro Paulo); e da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa da Subemenda Substitutiva Global da Comissão de Finanças e Tributação (Relator: Dep. Pedro Paulo).



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Há requerimento sobre a mesa.

Com a palavra o Deputado Daniel Coelho.

O SR. DANIEL COELHO (PSDB-PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) -

Eu queria fazer um apelo, Srs. Deputados, para que nós mantivéssemos, em primeiro lugar, respeito uns com os outros.

Foi uma decepção, porque eu tenho respeito pelo Deputado Paulão, Presidente da Comissão de Direitos Humanos, ele ter partido, em um debate que estava sendo feito sobre o mérito de uma matéria, acerca da qual eu mantenho a minha posição — e coloquei dessa forma —, para uma agressão pessoal contra a minha honra. E fico decepcionado com a posição do PT também.

Quero dizer a V.Exa. que estou limpo. Não devo absolutamente nada a ninguém, a não ser aos 130 mil pernambucanos que aqui me colocaram. Não faço pré-julgamento de ninguém. Até poderia apontar, no partido de V.Exa., vários presidiários e condenados, mas esse papel não é meu, é da Justiça. Não faço pré-julgamento dos acusados do partido de V.Exa., porque caberá à Justiça fazê-lo. Mas quero dizer a V.Exa. que eu estou limpo.

Não me calunie neste plenário, porque V.Exa. não tem estatura moral para isso. *(Apupos no plenário.)*

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Concedo a palavra ao Deputado Paulão.

O SR. PAULÃO (PT-AL. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, quero qualificar o debate.

O motivo da minha fala em relação ao Deputado Daniel Coelho foi o fato de ele ter caluniado o PT e o PCdoB, dizendo que nós fazemos uso do imposto sindical.



Esse encaminhamento que V.Exa. fez na sua fala é calunioso, desrespeitoso e generalista, Deputado.

Eu faço, sem dúvida nenhuma, qualquer retratação. Agora, é necessário V.Exa. também fazê-lo. V.Exa. não pode acusar o PT e o PCdoB de fazerem uso do imposto sindical de forma generalista. Há casos específicos.

No caso específico de V.Exa., eu tenho estatura moral para fazer a correção, quando V.Exa. fizer correção quanto ao PCdoB e ao PT. Enquanto não o fizer, está mantida a minha afirmação.

Muito obrigado, Sr. Presidente. *(Palmas e apupos no plenário.)*



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Sobre a mesa o seguinte requerimento:

Sr. Presidente,

Requeiro a V.Exa., nos termos do art. 83, parágrafo único, II, “c”, c/c art. 117, VI, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, a retirada de pauta da Ordem do Dia do Projeto de Lei Complementar nº 343-B, de 2017.



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Para encaminhar, concedo a palavra ao Deputado Alessandro Molon.

O SR. ALESSANDRO MOLON (Rede-RJ. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu apresentei este requerimento de retirada de pauta porque é evidente que não há condições de votarmos uma matéria dessa gravidade, em especial para o Rio de Janeiro.

O Rio de Janeiro vem sofrendo com desgovernos, um após o outro, e justamente quem quer propor uma solução para o problema é quem quebrou o Rio de Janeiro.

Este é um projeto gravoso para os servidores públicos, porque vai aumentar a taxação dos servidores. Para tentar resolver o problema financeiro do Rio, o projeto aumenta a contribuição de quem não tem nenhuma responsabilidade pela crise pela qual passa o Rio de Janeiro.

O Governo já tentou desviar o foco das denúncias que o atingem com esse requerimento de urgência para apreciação da reforma trabalhista e perdeu, foi derrotado.

Eu espero, Presidente, que a base do Governo não se inspire no mau exemplo do ex-Deputado Eduardo Cunha, atualmente preso, e queira refazer as votações em que tiver sido derrotada, para tentar alcançar o objetivo que não tiver conseguido alcançar.

Respeite-se agora a tramitação do projeto da reforma trabalhista na Comissão; vote-se o projeto na Comissão e percorra-se o caminho regimental, sem qualquer tipo de tentativa de refazer a votação para se alcançar o resultado desejado.



Em relação ao projeto de recuperação fiscal dos Estados, ele é excessivamente gravoso para o povo do Rio de Janeiro. Não se atacam os incentivos fiscais dados pelos últimos Governos, objeto de investigação policial, porque há denúncias de corrupção na concessão de incentivos fiscais — nisso não se mexe —, mas quer-se aumentar a taxação do servidor público.

O projeto, se for votado hoje, será derrotado, Presidente, e V.Exa., como Parlamentar do Rio de Janeiro — que, eu espero, quer ajudar o nosso Estado —, deveria apoiar o requerimento de retirada de pauta, retirar esse projeto de pauta e trazer para a pauta um projeto que seja minimamente justo com o povo sofrido do Rio de Janeiro.

O Governo Temer não pode querer dar com uma mão e tirar com a outra. Oferece uma ajuda com uma mão e, com o pé, passa a rasteira no povo do Rio de Janeiro, que está sofrendo com o descalabro produzido pelos Governos nos últimos anos no nosso Estado. O nosso Estado está sofrendo, e quem quebrou o Estado não pode agora querer consertá-lo sacrificando a população. Vamos devolver o dinheiro que foi desviado dos cofres do Rio de Janeiro, para recuperar o Estado, e vamos mexer nos incentivos fiscais.

Votar esse projeto hoje é uma irresponsabilidade. Se ele for votado, Sr. Presidente, eu quero alertar V.Exa., ele será derrotado. Tragamos para cá um projeto que de fato ajude o Rio de Janeiro, não sacrifique a população e permita a recuperação do Estado.

Por isso eu peço a todos o voto “sim”, a favor do requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Para falar contrariamente, concedo a palavra ao Deputado Delegado Edson Moreira. *(Pausa.)*



Passa-se à orientação de bancada.

Como vota o Bloco do PP?

O SR. SIMÃO SESSIM (Bloco/PP-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) -

O PP, Sr. Presidente, entende estamos tentando votar essa matéria nesta Casa há 5 semanas. Os servidores estão com os salários atrasados no Rio de Janeiro, no Rio Grande do Sul e em Minas Gerais e já estão implorando para que votemos essa matéria, para a recuperação e o regime serem estabelecidos.

Votamos “não”. Toda a base, “não”!

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Como vota o PMDB?

O SR. VALDIR COLATTO (PMDB-SC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) -

O PMDB vota “não”, Sr. Presidente. Temos que votar essa matéria importante para os Estados brasileiros — para todos, e não só para os três Estados citados.

Portanto, pedimos à bancada que venha ao plenário e vote “não”.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Como vota o PT?

O SR. AFONSO FLORENCE (PT-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) -

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, povo brasileiro que nos assiste pela *TV Câmara*, em especial servidores públicos de todos os Estados, principalmente de Rio de Janeiro, Minas Gerais e Rio Grande do Sul, a base do Governo diz que tem que aprovar este projeto de lei complementar porque há salário atrasado.

A solução do Governo é demitir servidor, é não fazer progressão funcional, é querer que professora, professor, policial civil, policial militar fiquem sem emprego. É isto que eles estão propondo: 36 meses, suspensão da dívida. Em troca não pode haver reposição salarial, tem que haver enxugamento da máquina. Portanto, é um desmonte do Estado contra os servidores e contra a população.



O requerimento de retirada de pauta é fundamental para que façamos um esforço para que o Governo ceda e renegocie as dívidas com uma medida emergencial de recursos para os Estados.

Por isso, “sim” à retirada de pauta.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Como vota o PSDB?

O SR. SILVIO TORRES (PSDB-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PSDB, além de votar “não”, sugere que já ponham para a base do Governo toda o voto “não”.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - A base do Governo vota “não”.

Como vota o PDT?

O SR. LEÔNIDAS CRISTINO (PDT-CE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PDT vota a favor da retirada de pauta. Esta matéria ainda não está madura. Nós precisamos negociar muita coisa importante. Isso prejudica os Estados, principalmente do Nordeste, inclusive o meu Ceará.

Eu queria, também, Sr. Presidente, justificar a minha falta.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - É só votar na próxima votação, Deputado.

O SR. LEÔNIDAS CRISTINO - Na votação passada, se eu estivesse presente, eu teria votado com o meu partido, a favor dos trabalhadores.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. FELIPE MAIA - Sr. Presidente, pelo DEM.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Como vota o PCdoB?

O SR. FELIPE MAIA - Sr. Presidente, depois, pelo DEM.



O SR. DAVIDSON MAGALHÃES (PCdoB-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, assim como foi feito um achaque no Palácio do Jaburu à Odebrecht, agora quer se fazer uma chantagem aos Governos dos Estados. Querer tirar a democracia deste País? Isso é um absurdo! Os Governadores foram eleitos pelo povo para governar os seus Estados. Impor essas condições draconianas aos Governadores é estabelecer uma política única nesta recessão, se for estendida aos Estados. Esse ajuste, na verdade, é um desajuste ao povo brasileiro, imposto aos Estados e aos funcionários públicos estaduais, levando os Estados a uma situação de falta de autonomia, e levando aos trabalhadores estaduais, funcionárias e funcionários públicos, uma situação de miséria.

Portanto, o PCdoB é a favor desta retirada de pauta, porque este projeto precisa ser discutido com toda a população brasileira para serem esclarecidos os verdadeiros interesses e objetivos desse...

(Desligamento automático do microfone.)

O SR. BOHN GASS - Presidente, questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Como vota o PSOL?

O SR. CHICO ALENCAR (PSOL-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PSOL reconhece a profunda crise de alguns Estados, entende que ela tem que ser enfrentada com uma reforma tributária radical. Hoje o Governo da União concentra quase 60% do recolhimento de impostos.

Esta proposta lembra o Estado Novo ou a ditadura civil-militar, que vários aqui apoiaram, aliás. Ela é centralista, ela tira a autonomia dos Estados e impõe, por exemplo, o aumento da alíquota de contribuição dos servidores públicos estaduais para 14%, privatização ampla, geral e irrestrita, fim de concurso público,



congelamento de salários, de remuneração dos servidores da base, que estão ali na educação e na saúde. Isso não recupera nada. E também quem afundou não vai ser capaz de recuperar.

Nosso voto, portanto, é “sim”.

O SR. BOHN GASS - Presidente, questão de ordem.

O SR. FELIPE MAIA - Presidente, pelo Democratas.

O SR. JOÃO DERLY (Rede-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - A Rede orienta “sim”, Presidente.

O SR. BOHN GASS - Presidente, questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Com a palavra o Deputado Bohn Gass, para uma questão de ordem sobre o processo de votação.

O SR. BOHN GASS (PT-RS. Questão de ordem. Sem revisão do orador.) - Sobre o processo de votação, com base no art. 192, § 2º:

Art. 192.

§ 2º Ressalvado o disposto no parágrafo anterior, cada Líder poderá manifestar-se para orientar sua bancada — cada Líder —, ou indicar Deputado para fazê-lo em nome da Liderança, pelo tempo não excedente a um minuto.

O que está acontecendo aqui é que a base do Governo, reiteradamente, vem e diz o seguinte: “*Toda a base do Governo vota ‘não’.*” Cada partido tem que se manifestar. A sociedade brasileira quer saber a opinião do partido. Além de não ser democrático cada partido não dizer para o povo que está nos assistindo como vai votar, que posição vai ter, ainda está ferindo o Regimento.



Então, existem dois problemas: fere-se a democracia e pergunta-se para que existe televisão para o povo que está nos assistindo? Para que servem os programas? Para que as pessoas nos assistem? Para saberem a opinião dos seus partidos.

Portanto, nós queremos, neste momento, Presidente Rodrigo Maia, que sejam retirados aqueles que não se pronunciaram. Nós precisamos cumprir o Regimento. Que cada partido diga se quer que o Estado, nesse caso, venda o patrimônio público, se quer que não se reajustem os salários. Por exemplo, no Rio Grande do Sul, nós queremos saber o que o PP vai dizer sobre a venda do BANRISUL, da CORSAN. Como o PSDB vai votar; como o PMDB vai votar. Querem vender o BANRISUL, a CORSAN? Não querem mais reajustar salários. Querem aumentar para 14% a contribuição da Previdência. Querem vender o BANRISUL.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Deputado, isso não é questão de ordem. O BANRISUL não tem nada a ver com este assunto.

O SR. BOHN GASS - ...de ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Não. Vamos continuar com a matéria em votação.

O SR. BOHN GASS - A minha matéria, então, sobre o Regimento é que cada partido venha ao plenário e diga o que pensa. Cada partido tem 1 minuto para se justificar. Na justificativa, ele vai dizer: *“Em relação a esta matéria, eu sou a favor”*. Neste caso específico, se ele é a favor da matéria, é pela venda do BANRISUL, é sim pela venda à CORSAN.

Então, por isso...

(O microfone é desligado.)



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Como vota a Rede?

O SR. JOÃO DERLY (Rede-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - A Rede vota “sim”, Sr. Presidente.

O SR. AFONSO FLORENCE - Sr. Presidente, V.Exa. não pode censurar a fala de Deputado.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - A questão de ordem é sobre a matéria. Ele pode falar por 3 minutos. Se ele for politizar, não, Deputado, porque está ganhando tempo.

A SRA. ERIKA KOKAY - Tem que responder à questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Deputado Bohn Gass, eu vou responder à questão de ordem.

O SR. BOHN GASS (PT-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Eu quero que nesta votação todos os partidos que receberam automaticamente a orientação “não” digam, porque talvez os partidos digam “não” ou digam “sim”. Eu não sei! Como alguém do Governo fala por outros partidos? É tudo puxadinho do Governo?

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Vou responder, Deputado: o art. 192, § 2º, diz que poderá. Se um orienta, e orienta indicando todos, todos estão com a orientação colocada, e a sociedade saberá como cada partido orientou.

Como vota a Rede?

O SR. JOÃO DERLY (Rede-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - A Rede vota “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Como vota a Minoria?

O SR. HENRIQUE FONTANA (PT-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, este projeto não resolve o problema de nenhum Estado brasileiro e



agrava o problema dos Estados que supostamente seriam beneficiados. O Rio Grande do Sul, por exemplo, ficaria 3 anos sem pagar, a dívida se acumularia para o final dos 3 anos e a bomba estouraria na mão do próximo Governador, o que é uma irresponsabilidade fiscal inclusive. E o que é pior, Deputado Afonso Florence, este projeto obriga o Estado que eventualmente entre nessa fria a vender todo o seu patrimônio público, como BANRISUL, CORSAN, SULGÁS, obriga a retirar os incentivos fiscais, e só o Estado. No caso do Rio Grande do Sul, ele retiraria, e as indústrias iriam todas para outros lugares do Brasil.

Governador Ivo Sartori, pelo amor de Deus, este projeto não interessa ao Rio Grande!

A Minoria orienta o voto “sim”.

A SRA. JANDIRA FEGHALI - Sr. Presidente, tenho uma dúvida sobre o processo de votação.

O SR. FELIPE MAIA (DEM-RN. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o Democratas, apesar de ter votado “não”, pede aos Deputados da nossa bancada, assim como aos de outras bancadas, que compareçam ao plenário. Nós temos este requerimento de retirada de pauta, mas outras votações ainda virão, e é importante que a base esteja presente em plenário para demonstrar força e mostrar que o Brasil tem um rumo: um rumo de desenvolvimento e de oxigenação com as reformas trabalhista e previdenciária.

Esse discurso vazio de que se tiram direitos fundamentais do trabalhador é daquele que não trouxe nada ao Brasil ao longo de 12 anos. O projeto traz sim garantias individuais ao trabalhador. É importante que nós possamos votar aqui as



matérias das reformas trabalhista e previdenciária. O Brasil começa a ter perspectiva de crescimento e renovação de postos de trabalho.

Temos aqui o Governador do Rio de Janeiro, Estado que precisa que nós votemos definitivamente o Projeto de Lei Complementar nº 343, de 2017, para o bem de Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e Minas Gerais.

Portanto, convoco a bancada do Democratas e oriento o voto “não” ao requerimento de retirada de pauta.

A SRA. RAQUEL MUNIZ (PSD-MG. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, o PSD orienta o voto “não”.

A SRA. JANDIRA FEGHALI - Sr. Presidente, apenas gostaria de um esclarecimento.

O SR. DARCÍSIO PERONDI - Sr. Presidente, gostaria de falar como Vice-Líder do Governo.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Tem a palavra a Deputada Jandira Feghali.

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB-RJ. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Gostaria de saber de quem é o requerimento de retirada de pauta que está em votação, por favor?

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - É da Rede.

A SRA. JANDIRA FEGHALI - Obrigada, Sr. Presidente.



CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ

Número Sessão: 080.3.55.O

Data: 18/04/2017

REDAÇÃO FINAL

Tipo: Deliberativa Extraordinária - CD

Montagem: 4176

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Em votação.



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Aqueles que forem favoráveis ao requerimento permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

REJEITADO.



O SR. AFONSO FLORENCE - Aprovado, Sr. Presidente.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT-RS) - Verificação.

O SR. VALDIR COLATTO (PMDB-SC) - Verificação, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Quem pediu verificação?

O SR. VALDIR COLATTO - O PMDB.

O SR. AFONSO FLORENCE - Sr. Presidente, o lado vitorioso não pode pedir verificação.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Esse assunto já foi resolvido na semana passada.

O SR. AFONSO FLORENCE - Sr. Presidente, V.Exa. está aplicando o critério oposto ao da semana passada.



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - A Presidência solicita a todas as Sras. Deputadas e todos os Srs. Deputados que tomem os seus lugares, a fim de ter início a votação pelo sistema eletrônico.

Está iniciada a votação.

Queiram seguir a orientação do visor de cada posto.



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Com a palavra o Deputado Afonso Florence. (*Pausa.*)

O SR. GLAUBER BRAGA (PSOL-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PSOL altera a orientação para “obstrução”.

O SR. AFONSO FLORENCE (PT-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PT muda para “obstrução”.

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB-RJ. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - O PCdoB está em obstrução.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - O PCdoB está em obstrução.

O SR. ANDRÉ FIGUEIREDO (PDT-CE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PDT está em obstrução.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - O PDT está em obstrução.

O PSOL está em obstrução? (*Pausa.*)

O SR. JOÃO DERLY (Rede-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - A Rede está em obstrução.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - A Rede está em obstrução.

O SR. AFONSO FLORENCE (PT-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sras. e Srs. Deputados, nós estamos convocando os Deputados e as Deputadas que são contra o arrocho salarial dos servidores, que são contra a privatização de empresas rentáveis num ambiente de baixa de preços, que são contra o arrocho salarial de professor, de policial militar, de policial civil, de procurador, de defensor público, de serventuário da Justiça, que são contra o fim dos incentivos fiscais por fora do CONFAZ e por dentro deste projeto de lei complementar e que são contra o



desmonte do Estado brasileiro, a ficar em obstrução, a não votar com o Governo neste requerimento.

Nós temos que derrubar esta sessão. O Governo tem que vir para a negociação. Ele não pode querer impor o ônus às Sras. Deputadas e aos Srs. Deputados daquilo que cabe à Assembleia Legislativa de cada Estado, daquilo que cabe a cada Governador.

Por isso, convocamos todos a derrubar esta sessão e a entrar em obstrução.

Obrigado.

O SR. POMPEO DE MATTOS - Sr. Presidente...



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Concedo a palavra ao Deputado Darcísio Perondi, pela Liderança do Governo.

O SR. DARCÍSIO PERONDI (PMDB-RS. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, precisamos votar o projeto de recuperação fiscal. É a lei da falência dos Estados, a rigor.

Há três Estados com extrema dificuldade: Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e Minas Gerais. A Fazenda aponta que há mais dez Estados quase pedindo recuperação fiscal, do Nordeste principalmente.

É inacreditável o comportamento histriônico, histérico e, muito pior, egoísta e individualista de Deputados do Rio de Janeiro, de Minas Gerais e do Rio Grande do Sul, que fazem uma campanha contrária, pedindo que colegas se posicionem contra a recuperação fiscal desses Estados. Eles não têm espírito republicano nenhum e assumem uma posição de “quanto pior, melhor”.

Mas, enquanto eles ficam sorrindo, quem está chorando são os funcionários públicos do Rio de Janeiro, com o salário atrasado há 1 ou 2 meses, quem está chorando são os aposentados, com os proventos atrasados há 1 ou 2 meses.

O Rio Grande do Sul está pagando o salário dos servidores em quatro vezes. Minas Gerais está se endividando cada vez mais e pode fechar. As pessoas desses Estados estão chorando.

E aí vêm Deputados do Rio de Janeiro, da Oposição, fazer a defesa dos policiais e servidores públicos. Mas como? Os policiais e servidores públicos de modo geral, as enfermeiras, os médicos e agentes de saúde não estão recebendo, estão se endividando e passando fome. Há até funcionários pedindo esmola. E aqui não querem que se vote a recuperação fiscal.



Sim, é duro para esses Estados. E o Governo Federal abre mão de 3 anos daquela prestação de uma negociação de 20 ou 30 anos atrás, ainda da ganância dos Governos militares, agravada por outros. No Rio Grande do Sul, o Governo anterior agravou o endividamento do Estado! E os colegas insistem em recomendar que não se vote.

Votar esse projeto é consciência pública, é visão cívica, é noção do coletivo, é solidariedade, como falei na semana passada, com o sofrimento das pessoas do Rio de Janeiro.

O Partido dos Trabalhadores fez uma pesquisa através da Fundação Perseu Abramo, nos bairros pobres de São Paulo e de outras capitais. Eles divulgaram de forma tímida essa pesquisa, porque ela mostrou que o pessoal das vilas está com nojo do Fla-Flu, do Corinthians-Palmeiras, do Grêmio-Inter, do Cruzeiro-Atlético. Estão apavorados! E foi uma pesquisa do PT.

Mas o PT insiste. E, caros colegas da base, não vai dar para convencê-los. Não vai dar para convencê-los. Nós da base sabemos como estava o País no ano passado, como piorou o País nos últimos 3 anos ou, mais, nos últimos 7 anos. Nós sabemos do desemprego extraordinário que nos entregaram, da inflação lá em cima, da taxa SELIC lá em cima, da fuga de capitais, das milhares e milhares de empresas fechadas, do desemprego crescente. A dívida bruta aumentou 50%, o que obrigava o Governo anterior a adotar uma taxa SELIC elevada para poder se financiar com a poupança privada.

Eles insistem num discurso que não pega mais. Mas nós da base não podemos aceitar isso.



Deputados do Norte e do Nordeste, só quero lembrar um acordo. O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social — BNDES e o Governo concordaram com o pedido dos Governadores que ainda estão equilibrados e que têm contas com o Banco e empréstimos a pagar. Eles estão ganhando 240 meses, vão poder reduzir as prestações, vão ter mais liquidez, mais dinheiro em caixa. Então, Deputados da base, acompanhem-nos!

Dirijo-me até mesmo aos líderes policiais que estão aqui, os quais respeito. Olhem, na reforma da Previdência, o Governo Michel e o Deputado Arthur Oliveira Maia estão negociando com V.Exas. uma proposta boa. Mas os colegas de V.Exas. não estão recebendo. Então, estou agora pedindo isso a V.Exas., Deputados policiais que não nos acompanharam na semana passada, para que os seus colegas possam receber. Lá em Porto Alegre também é assim.

Este é um momento delicado do Brasil. Sorte nossa que a economia está dando sinais, e bons sinais! A área de serviços está reagindo. Surpreendentemente, o mês de fevereiro foi bom, segundo o Banco Central. O relatório do trimestre, que deve sair daqui a 1 semana, vai mostrar que a recessão acabou, que não vamos diminuir de tamanho, o que ocorreu nos últimos 5 anos, pelos erros brutais do outro Governo.

Então, vamos refletir, Deputados da base, e vamos votar “não”. Depois o Relator Pedro Paulo virá aqui para explicar o projeto, que está acordado. Aceitaram quase tudo que os Estados propuseram nesse projeto, que é uma lei de falência. Tomara que os Estados do Norte e do Nordeste não precisem disso, pois a economia não vai melhorar rapidamente.



O projeto ficou de bom tamanho. Houve um ou outro ponto que o Governo não aceitou. Quase todos os pontos, tirando um ou dois, o Governo aceitou. O projeto não é draconiano. Ele vai facilitar, vai dar fôlego para esses Estados.

Temos que ter consciência neste momento. Estou olhando para a base porque a Oposição está histórica, desesperada. Eles perderam o poder e estão inventando. E, com a pesquisa da fundação deles, que mostrou que o povo não quer mais esse discurso, eles ficaram mais loucos.

Vamos votar isso. É importante. O povo carioca, o povo gaúcho, o povo mineiro está esperando. E o povo dos outros Estados não sabe o que pode acontecer. Vamos evitar que aconteça a eles o pior.

A economia está reagindo, está melhorando. Vamos acabar o ano com uma inflação abaixo da média, com a taxa SELIC abaixo de 8%. Os investidores vão fazer fila com a recuperação fiscal, com a reforma da Previdência, cuja proposta o Deputado Arthur, após ouvir a base, melhorou.

A reforma trabalhista, tirando o acidente de hoje, vai ser um instrumento poderoso para enfrentarmos o desemprego. E nós todos vamos crescer. No ano que vem, o povo vai sentir melhora no bolso. A salvação da lavoura está na votação de projetos pelos quais o povo está esperando, para melhorar a vida.

Vamos hoje, juntos, votar “não” e depois votar o relatório, por um Brasil melhor, por Estados melhores, mas, acima de tudo, pelas crianças, pelos jovens, pelos doentes, pelos aposentados, pelos funcionários desses Estados.

Um abraço forte!



O SR. MAURO PEREIRA - Sr. Presidente, permita-me falar por 1 minuto?

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Tem a palavra o Deputado Mauro Pereira.

O SR. MAURO PEREIRA (PMDB-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente Rodrigo Maia, na mesma linha do Deputado Darcísio Perondi, gostaria de solicitar aos Deputados da base que façamos hoje um gesto de solidariedade ao povo brasileiro.

Estamos vendo os acontecimentos no País, hoje é no nosso Estado, o Rio Grande do Sul, e nos Estados do Rio de Janeiro e de Minas Gerais. Por isso, é muito importante a nossa solidariedade, tendo em vista o momento que o Brasil está vivendo. Precisamos do apoio e da colaboração de todos.

Eu ouvi aqui os discursos dos Deputados do PT do Rio Grande do Sul. A impressão que se tem é a de que eles não sabem que os servidores estão com os salários atrasados, que falta dinheiro para a saúde, que falta dinheiro para a educação, que falta dinheiro para a segurança.

O que nós podemos fazer para ajudar? Votar “não” agora e votar “sim” depois para permitir que os nossos Governadores possam negociar, possam sobreviver, possam respirar e possam ajudar a cidadania dos Estados.

Era isso, Sr. Presidente.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Tem a palavra o Deputado Valdir Colatto.

O SR. VALDIR COLATTO (PMDB-SC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, talvez V.Exa. não esteja acostumado com invasão. Nós da



agricultura somos acostumados com as invasões do PT e do MST, que fazem uma pressão e um barulho danado, e acabam assustando as pessoas.

Nós vimos uma invasão em torno da mesa. V.Exa. permitiu que a Deputada Luiza Erundina ficasse na Presidência e convocasse o Relator, Deputado Rogério Marinho, como um golpista para falar sobre o projeto da lei trabalhista. Eu nunca vi esse negócio na Casa.

Acho que V.Exa. não poderia ter encerrado aquela sessão; deveria ter deixado o pessoal votar. Mas não foi o PT que ganhou essa votação e, sim, a base do Governo, que foi omissa e não veio aqui votar. Ela tinha obrigação de estar aqui votando.

Com certeza, em outras votações, votaremos favoravelmente, porque esse é um projeto que realmente gera emprego no Brasil. Não estamos falando daqueles que estão empregados, mas daqueles que estão desempregados. São 13 milhões de brasileiros que precisam de emprego. É disso que estamos falando!

É o melhor relatório! É o melhor para o Brasil! As pessoas que não acompanharam esse projeto na Comissão não sabem o erro que cometeram ao não votarem esse projeto.

Portanto, Presidente, a invasão chega às propriedades rurais, porque eles não respeitam o direito de propriedade. Aqui, na Câmara, não! Fizeram um verdadeiro carnaval aqui. Eu só olhava a foto de todos que estavam aí. Pobre do Brasil se nós o entregássemos para essas pessoas que estiveram aí!

Lamentavelmente, a pressão que fizeram fez com que V.Exa. encerrasse a sessão antes do tempo, antes que os Deputados aqui chegassem para votar. O resultado seria diferente.



Desculpe-me fazer essa intervenção, Sr. Presidente. Mas V.Exa. inclusive concordou que errou ao encerrar a sessão. Realmente, foi na hora errada.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Tem a palavra o Deputado Pompeo de Mattos.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, eu lamento muito, mas nós do PDT não temos como dar sustentação a essa proposta apresentada pelo Relator. Nós precisamos ter solidariedade, sim, mas com o povo gaúcho, com os trabalhadores do Rio Grande do Sul, com o nosso Banrisul, com a nossa CORSAN, com a nossa CEEE, com o patrimônio do nosso Estado.

A União nos deve da Lei Kandir e não nos paga, cobra ainda do Rio Grande do Sul mais do que ele está devendo. Essa conta não fecha! Agora, além de nos cobrar o que não devemos, exige que nós paguemos essa dívida com a venda de ativos. O ativo da área de finanças é o Banrisul, o ativo da área de saneamento é a CORSAN, o ativo da área de energia é a CEEE.

Nós não podemos avalizar esse acordo, porque ele é ruim para o Rio Grande e fere os princípios de autonomia do nosso Estado. Não há legitimidade para aprovar esse acordo.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Tem a palavra o Deputado Bohn Gass.

O SR. BOHN GASS (PT-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, quero aqui lembrar o que aconteceu há 20 anos, quando o Governador do Rio Grande do Sul era Antônio Britto, do PMDB, o Líder do Governo era o atual



Governador do Rio Grande do Sul, José Ivo Sartori, o Ministro da Fazenda era Pedro Sampaio Malan e o Presidente da República era Fernando Henrique Cardoso.

O modelo que eles apresentaram para o Brasil era de que, se se vendesse o patrimônio e congelasse o salário dos servidores, resolver-se-ia o problema da dívida dos Estados. Até os jornais divulgaram o grande resultado.

Passados 20 anos, nós não temos mais a CRT nem dois terços da CEEE; os servidores foram prejudicados. A dívida, que era de 9,8 bilhões, está em 52 bilhões, e nós pagamos 25 bilhões. Que negócio mal feito! E agora querem repetir o mesmo negócio mal feito.

Então, nós não podemos aceitar de forma alguma esta votação, que é um novo prejuízo...

(O microfone é desligado.)

O SR. SILVIO TORRES - Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Tem a palavra o Deputado Silvio Torres.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu solicito uma informação ao Plenário. Quantas votações faltam para se chegar à votação do mérito do projeto?

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Há dois requerimentos.

O SR. SILVIO TORRES - Um deles é nominal? *(Pausa.)*

Isso significa que, se todo mundo permanecer aqui e votar, nós poderemos terminar rapidamente essa votação.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Certamente.

O SR. SILVIO TORRES - Eu pediria a V.Exa. que encerrasse a votação.



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Vou esperar mais um pouquinho, Deputado.

O SR. ASSIS MELO - Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Tem a palavra o Deputado Assis Melo.

O SR. ASSIS MELO (PCdoB-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, no mesmo sentido de outros Deputados que me antecederam, eu gostaria também de dizer que esta proposta apresentada para os Estados, na verdade, é uma intervenção no âmbito estadual.

Esta proposta vai inviabilizar novos concursos tanto na área da segurança pública quanto na área da educação e de outros serviços prestados, congelando a possibilidade de dar reajustes. Então, aquela fala que diz que é para resolver o problema dos trabalhadores do Estado, infelizmente não é o que esta proposta representa.

Mais uma vez, está havendo uma intervenção do ponto de vista da autonomia dos Estados. Isso não é a busca de uma solução que leve exatamente em conta as necessidades e o desenvolvimento do Estado sem a intervenção no âmbito da Federação.

Por isso, deixamos clara a nossa posição contrária a esta matéria.

Obrigado.

O SR. SILVIO TORRES - Vamos encerrar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Já vou encerrar, Deputado. Vou encerrar às 20 horas, vou esperar mais 5 minutos.

Peço aos Deputados que venham ao plenário para garantirmos o quórum que já temos na Casa.



O SR. CABO DACIOLO (Bloco/PTdoB-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, só quero fazer uma colocação a respeito do PLP 343, ao qual todos os servidores do Estado do Rio de Janeiro são contrários.

Eu tenho uma solução. Aproveitando a presença do Governador do Estado do Rio de Janeiro aqui, peço que ele renuncie. Que ele renuncie!

A culpa do que o Estado do Rio de Janeiro está vivendo hoje é da quadrilha do Sérgio Cabral, que envolve também o atual Governador Pezão.

A solução para o Estado do Rio de Janeiro é a prisão da quadrilha por completo e intervenção federal já. Intervenção federal não só para o Estado do Rio de Janeiro, mas também dentro do Congresso Nacional, onde nós temos quadrilhas instauradas.

Quero dizer a todos que, juntos, somos fortes, que nenhum passa ambos atrás, e que Deus está no controle. Fechem o Congresso Nacional!

O SR. JOSÉ AIRTON CIRILO (PT-CE. Pela ordem. Sem Revisão do orador.) - Sr. Presidente, queria fazer uma reflexão sobre esse discurso agora proferido pelo meu antecessor.

Quero dizer para a sociedade brasileira que é importante a população tomar conhecimento das delações daqueles que são acusados injusta ou justamente. As acusações vão ser apuradas, e nós não podemos fazer pré-julgamentos. Sei que a população brasileira está decepcionada, e é justo que esteja.

Mas é importante que a população saiba, Sr. Presidente, que nós não podemos generalizar, porque há, em todos os setores, pessoas boas, pessoas corretas, mas há também desvios de conduta. E isso acontece até mesmo na Igreja, que está promovendo por um processo de depuração.



Nós temos que compreender que, assim como em outras categorias, na classe política, existe todo tipo de pessoas. Portanto, nós temos de pensar muito bem e refletir, porque nesta Casa existem pessoas sérias, pessoas corretas, políticos honrados, pessoas decentes. Modéstia à parte, eu me considero um desses políticos sérios.

Eu tenho pautado a minha vida com dignidade e venho aqui advogar que nós não podemos defender essa tese de querer até fechar o Parlamento ou de defender ditadura, porque isso seria o fracasso da democracia e a negação da política.

Eu quero que a sociedade brasileira reflita que nós precisamos valorizar os bons políticos, as pessoas corretas, as pessoas comprometidas com causas de interesse da sociedade, de interesse da população brasileira. É sobre isso que nós precisamos alertar a população, para não se deixar levar na onda da grande mídia, que quer demonizar toda a classe política, demonizar todas aquelas pessoas, generalizando acusações, inclusive fazendo pairar dúvidas sobre toda a classe política.

Por isso, essa é a reflexão que temos que fazer e distinguir o joio do trigo. Nessa luta política que travamos, que nós possamos avançar, melhorar a democracia no Brasil e criar, acima de tudo, as condições ideais para que possamos aperfeiçoar o regime democrático no nosso País, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

A SRA. JÔ MORAES - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Concedo a palavra à Deputada Jô Moraes.



A SRA. JÔ MORAES (PCdoB-MG. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) -
Sr. Presidente, diante de uma crise que o Brasil enfrenta nós temos que compreender que, ao buscar as soluções, nós não podemos tentar desgastar aquelas conquistas da estrutura do Estado brasileiro que são fundamentais. Nós temos saída.

O Estado de Minas Gerais apresentou uma proposta do encontro de contas em torno da Lei Kandir. É evidente que o Supremo Tribunal Federal já se colocou, reconhecendo a validade desta dívida que a União tem com os Estados. Mas, ao contrário de fazer entendimento, esta Casa está apresentando um projeto e tentando assegurar a votação de um projeto que retira direitos da estrutura fundamental do Estado brasileiro. Nós estamos aí tirando o conjunto dos direitos de todas as áreas dos setores do Estado brasileiro, do Ministério Público, da Defensoria, da Segurança Pública, e de um conjunto de servidores que estão cada vez mais desprotegidos em sua atividade.

Por isso nós insistimos: vamos fazer um encontro de contas, com base na orientação que a própria decisão do Supremo Tribunal colocou! Vamos assegurar a moratória de que os Estados efetivamente precisam e fazer a negociação Estado por Estado! Minas Gerais, inclusive, está apresentando uma série de alternativas para a sua recuperação fiscal.

Nós não podemos destruir o Estado brasileiro com este projeto que foi apresentado.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Concedo a palavra ao Deputado Edmilson Rodrigues.



O SR. EDMILSON RODRIGUES (PSOL-PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, nós sabemos da importância dos Tribunais de Contas nos Estados, e no Pará não seria diferente. O TCE tem se modernizado e tem um papel importante a cumprir.

Sabemos também que um órgão com poder fiscalizador e que auxilia na fiscalização, que é competência do Poder Legislativo, tem que ter um quadro de profissionais concursados, de carreira, qualificados. Para isso, concurso público é um instrumento fundamental, conforme a Constituição prevê.

Então eu parabenizo o TCE por ter feito o concurso para 95 vagas, distribuídas em 40 cargos. Ao mesmo tempo, eu me solidarizo com a comissão de concursados do TCE, que solicita a contratação dos concursados, porque pesquisa mostra que há recursos para a contratação previstos no Orçamento de 2017, e há vacância de cargos. Isso está provado tecnicamente.

Portanto, havendo boa vontade do TCE, os concursados poderão ter os seus direitos respeitados. Certamente, essa instituição de controle e de fiscalização fundamental para o combate à corrupção, o que, infelizmente, é um mal tão presente e que deve tão necessariamente ser combatido e destruído no nosso País, será fortalecida.

Parabéns à comissão de concursados do TCE! Tenho certeza de que serão vitoriosos.

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELO ORADOR

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, no ano passado, o Tribunal de Contas do Estado do Pará — TCE-PA realizou concurso público para o preenchimento de



95 vagas distribuídas em 40 cargos, além do cadastro de reserva. A homologação dos aprovados foi publicada em dezembro de 2016. De acordo com a própria Ouvidoria do órgão, consultada pela comissão dos aprovados no concurso, a previsão era de que até o final de janeiro deste ano ao menos 15 candidatos aprovados seriam convocados para ocupar os cargos. No entanto, já estamos no mês de abril e nenhuma nomeação foi feita. Por isso, formalizo nesta tribuna o apelo para a convocação dos aprovados para o provimento das vagas abertas no concurso público de 2016.

Ressalta-se a importância que tem a realização de concurso público, principalmente em órgãos de fiscalização, como é o caso do Tribunal de Contas do Estado. O acesso via concurso está previsto na Constituição Federal de 1988 e deve ser respeitado sob pena de comprometer as funções estabelecidas aos órgãos públicos. O TCE auxilia o Poder Legislativo na análise e fiscalização de contas dos órgãos do Estado e, portanto, é fundamental que seu quadro de servidores seja de concursados, o que atesta competência e imparcialidade para o exercício da função.

De acordo com dados levantados pela comissão de concursados por meio da Lei de Acesso à Informação, no Orçamento Anual aprovado para 2017 está previsto o custeio de 722 servidores. Atualmente, a folha de pagamento do TCE-PA contempla em média 600 servidores. Foi constatado também que há vacância de 45% dos servidores do órgão. Portanto, há orçamento e demanda para a convocação dos aprovados no concurso.

Não estamos ignorando a validade de 2 anos, com prorrogação por igual período, publicada no edital do concurso público realizado em 2016. Mas, se há necessidade de preenchimento das vagas por conta da vacância e se há orçamento



previsto e aprovado para isso, não tem por que prorrogar por tanto tempo o início dessas nomeações.

Considerando, principalmente, que se trata de um órgão público fundamental para controle do dinheiro público, ainda mais em meio à grave crise política que estamos vivenciando, com escândalos vergonhosos de corrupção, a comissão dos concursados do TCE, com apoio do meu mandato como Deputado Federal, solicita a nomeação dos aprovados, com prazo estipulado e respeitado, e também a especificação de quantos serão convocados inicialmente e para quais cargos.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Concedo a palavra ao Deputado Luiz Couto.

O SR. LUIZ COUTO (PT-PB. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, hoje é o Dia do Amigo. Nós celebramos essa data, que me faz lembrar dos grandes amigos que guardo dentro do meu coração e que convivem comigo no dia a dia. Nesta data, olho para o céu e agradeço a Deus pelos amigos e pelas amigas que tenho.

O Capítulo 17 do Livro de Provérbios afirma que o amigo ama em todos os momentos; é um irmão na adversidade.

Que nós possamos, de fato, ter amigos verdadeiros! Na realidade, muitos se apresentam como amigos, mas não têm aquilo que a canção diz: amigo é coisa que se guarda bem dentro do coração, do lado esquerdo do peito.

Sr. Presidente, peço que o meu pronunciamento seja dado como lido e divulgado nos meios de comunicação da Casa e no programa *A Voz do Brasil*.



PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELO ORADOR

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, hoje, celebramos o Dia do Amigo, data esta que me faz lembrar grandes amigos que guardo dentro do meu coração e que convivem comigo dia a dia. Nesta data, olho para o céu e agradeço pelos amigos que me apoiaram e me repreenderam nos momentos em que mais precisei.

A vida nos faz seguir vários caminhos, e hoje posso afirmar que o caminho que segui me formou um caráter cristão, e esse caminho foi base de influência de muitos amigos e irmãos.

No livro de Provérbios, capítulo 17;17, afirma que *“o amigo ama em todos os momentos; é um irmão na adversidade”*.

Em gratidão faço esse pronunciamento a meus fieis amigos que às vezes, por terem confiado em mim, contaram-me também seus problemas, angústias, vitórias, derrotas. Isso é ser amigo: é ouvir, é confiar, é amar. E amigos de verdade ficam para sempre em nossos corações, assim como as pegadas na alma, que são eternas.

A amizade de todos vocês para mim tem um valor enorme, e nada que eu possa dizer a vocês pode ser tão especial ou mais significativo do que a bela amizade que cativamos. Feliz Dia do Amigo a todos!

Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Posso encerrar a votação? *(Pausa.)*

O SR. SILVIO TORRES - Vamos encerrar, Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Mais alguém quer votar? *(Pausa.)*

Concedo a palavra ao Deputado Jorge Solla.



O SR. JORGE SOLLÁ (PT-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Obrigado, Sr. Presidente. Rapidamente, quero parabenizar o conjunto de Parlamentares que não aceitaram que o Governo golpista atropelasse os direitos dos trabalhadores aqui hoje à noite...

O SR. SILVIO TORRES - Por isso, Sr. Presidente, tem que encerrar. Assim, não ficamos ouvindo isso.

O SR. JORGE SOLLÁ - A população brasileira não aceita a destruição de direitos trabalhistas nem previdenciários. Estão parecendo, até, Deputado Afonso Florence, aquela quadrilha que invade uma casa de madrugada e quer roubar rapidinho, antes que a polícia chegue, porque não pode demorar muito no lugar do roubo.

É o que o Governo golpista está fazendo. Não podem demorar porque o povo não vai deixá-los. Estão com poucos meses pela frente e estão correndo para entregar o pré-sal, para destruir direitos trabalhistas, para destruir a previdência pública, para dilapidar o patrimônio público, para acabar com as estatais que os tucanos não privatizaram no Governo FHC. Têm que destruir e roubar tudo rapidamente porque vão sair. O povo não vai deixar que eles continuem. O ano de 2018 vem aí!

O SR. MAURO PEREIRA - Sr. Presidente, tem gente...

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Vou encerrar a votação. Alguém não votou? *(Pausa.)*

As votações, daqui para a frente, terão efeito administrativo, individualmente. Alguém não votou? *(Pausa.)*



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Está encerrada a votação. *(Pausa.)*

Resultado da votação:

SIM: 28;

NÃO: 298;

ABSTENÇÃO: 3.

O REQUERIMENTO DE RETIRADA DE PAUTA FOI REJEITADO.



O SR. ANDRÉ AMARAL (PMDB-PB. Pela ordem. Sem revisão do orador.) -

O Deputado André Amaral votou com o partido.



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Passo a palavra ao Deputado Henrique Fontana, pela Liderança da Minoria.

O SR. HENRIQUE FONTANA (PT-RS. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, o Brasil vive um momento de forte crise institucional. O Governo ilegítimo de Michel Temer, que chegou ao poder sem voto, se vê cada vez mais enredado em investigações contra a corrupção, cada vez mais enredado numa impopularidade e, portanto, leva o País ao impasse.

Eu tenho, em minhas mãos, Deputado Solla, a pesquisa Vox Populi. Eu quero, inclusive, me solidarizar com o Presidente ilegítimo Temer, porque a credibilidade dele está tão baixa que o instituto de pesquisa, Deputado Ságuas, não incluiu Temer como um dos candidatos à Presidência da República.

Eu quero pedir ao PSDB, ao PMDB, ao PP, ao Democratas que façam uma reunião urgente e lancem Michel Temer como candidato a Presidente na próxima eleição. Se, de fato, ele é tão bom como dizem, deveriam apoiá-lo como candidato a Presidente por meio do voto direto. Mas V.Exas. o apoiaram para o golpe parlamentar.

E sabe o que diz essa pesquisa, Deputado Afonso Florence? Diz que 79% do povo brasileiro quer cassar Michel Temer. Sabe o que diz essa pesquisa? Diz que 90% do povo brasileiro, Deputada Erundina, quer novas eleições, eleições gerais.

O Brasil precisa repactuar a sua democracia. O Brasil não tem Governo. O Brasil está hoje vivendo um grande conluio que se alimenta do ataque aos trabalhadores.

Sabe qual é o jogo na política brasileira hoje? Quanto menor a legitimidade de Temer, mais os grandes especuladores, os mercados, aqueles que se beneficiam



com esse tipo de Governo — porque a ampla maioria dos empresários médios e pequenos está perdendo muito dinheiro — fazem exigências a Temer. *“Eu te deixo aí na Presidência, se tu acabares com a CLT. Eu te deixo aí na Presidência, se tu votares a antirreforma da Previdência. Eu te deixo mais um tempo aí na Presidência, se tu retirares o conteúdo local e entregares as plataformas para construir na China, em Taiwan, acabando com a indústria naval brasileira.”* Esse é o nosso paradoxo.

Mas há coisa pior. O Presidente ilegítimo Michel Temer deu uma entrevista para a *TV Bandeirantes* para melhorar a sua relação com o povo brasileiro. E, aí, ele fez, Deputado Jean Wyllys, uma delação não premiada. Ele disse: *“Isso é um escândalo!”* Essa frase foi dita pelo usurpador, pelo golpista Michel Temer. *“Que coisa curiosa”,* diz ele, *“se o PT tivesse votado naquele Comitê de Ética a favor”* — aí é parêntese meu: do presidiário Eduardo Cunha —, *“seria muito provável que a Sra. Presidente continuasse”*.

Há desvio de finalidade por parte do Ministro que atua a partir do sistema carcerário, porque há também um conflito entre Temer e Eduardo Cunha: um diz que o outro está mentindo. Um diz que quem marcou a reunião para pedir os 40 milhões de dólares de propina foi o Eduardo Cunha. Aí o Temer diz: *“Não. Ele marcou. Eu só fui lá para apertar a mão”*.

O Eduardo Cunha, de dentro da prisão — ele, que é o Ministro do Governo Temer dentro da prisão —, Deputado Tadeu Alencar, escreve um bilhete, dizendo: *“Olha, Temer, tu calas a boca, porque eu vou fazer uma delação daqui de dentro do presídio”*.



Há uma verdadeira quadrilha governando o País. Eu não posso falar de todos, mas, para falar de um gaúcho, é uma vergonha um Ministro como Eliseu Padilha continuar na Casa Civil do nosso País.

Agora, voltando à pesquisa, tem outro detalhe muito importante. Ela mostra, Deputado Afonso Florence, que, para 50% do povo brasileiro, o melhor Presidente da história do Brasil foi o nosso companheiro Lula. E ela mostra que Lula ganha as eleições em qualquer cenário, contra qualquer candidato.

Eu gostaria mesmo era de disputar contra o Temer. Eu gostaria que fosse Temer o candidato a Presidente e Aécio, a Vice-Presidente, para fazerem mesmo essa aliança boa do PMDB com o PSDB — o PP apoiaria sem indicar ninguém. Aí o núcleo duro do golpe parlamentar iria às urnas para ver o que sobraria desse desgoverno a que os senhores estão submetendo o País.

Eu quero pedir uma reflexão para alguns Deputados. Esta antirreforma da Previdência, esta grande vitória de proteção à CLT que nós obtivemos hoje, Deputado Rosso, indicam que uma parte dos Deputados sabe, porque conversa com o povo, que vai haver uma eleição. O Temer, que chegou ao poder sem votos, que vai sair enxotado, sem votos...

Aliás, o que o Brasil precisa é antecipar as eleições. O Brasil não aguenta até o fim de 2018 com o Temer na Presidência. Deputados de todos os partidos que estão percebendo que esse Governo afundou sabem que vai haver eleição em breve — pode ser daqui a alguns meses, pode ser daqui a 6, 7 meses —, e, então, esses Deputados assumem uma nova postura.

Eu digo ao Líder do Governo, que falou há pouco, que este projeto que querem votar agora, chamado de recuperação fiscal, é para afundar os Estados



brasileiros. Este projeto significa a postergação por 3 anos dos pagamentos e não resolve nada, porque a dívida se acumula. Em troca disso, querem a venda do BANRISUL, da CORSAN, do resto da CEEE. Aliás, o PMDB já governou Rio Grande e vendeu a CRT, a metade da CEEE, e não resolveu nada da dívida do Estado.

Então, este projeto, ao contrário do que dizem, vai prejudicar os servidores públicos, vai prejudicar a segurança pública e vai prejudicar a saúde pública, porque o Estado não vai poder contratar mais ninguém para servir ao público que precisa desse serviço.

Durante o discurso do Sr. Henrique Fontana, assumem sucessivamente a Presidência os Srs. Sóstenes Cavalcante, nos termos do § 2º do art. 18 do Regimento Interno, e Rodrigo Maia, Presidente.



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Sobre a mesa requerimento com o seguinte teor:

Senhor Presidente,

Requeremos, nos termos do art. 185, § 4º, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, a quebra do interstício para votação nominal do requerimento de destaque de preferência para a Emenda nº 39, apresentada ao PLP nº 343/17.

Deputado Afonso Florence

Vice-Líder do PT



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Para falar a favor, tem a palavra o Deputado Bohn Gass. (*Pausa.*)

O SR. PR. MARCO FELICIANO (PSC-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o Deputado Pr. Marco Feliciano teria votado com o partido na última votação, se aqui estivesse.

O SR. BOHN GASS (PT-RS. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu quero dialogar com os Deputados de todas as bancadas do País porque este assunto é de fácil solução.

Nós, no final do ano passado, aprovamos aqui o que o PT e os outros partidos de esquerda e de Oposição votaram. E foi aprovada pela própria base do Governo a proposta de ajudar os Estados, de permitir a renegociação, mas não exigir dos Estados as contrapartidas que hoje Michel Temer, Henrique Meirelles, o PSDB e o DEM estão querendo impor, junto com o PMDB, aos Estados.

É muito fácil, Deputado Henrique Fontana. É só Temer dizer o que vetou no final do ano passado: "*Se a solidariedade*"... E eu quero chamar a atenção dos Líderes do Governo que vêm até aqui dizer que temos que ter solidariedade. Sabe quem não teve solidariedade com os servidores do Rio Grande do Sul, com os servidores do Rio de Janeiro, com os servidores de Minas Gerais, Deputado Patrus Ananias? Foi o Temer, que, no final do ano, vetou o que esta Casa já tinha votado.

Então, Presidente Rodrigo Maia, peça a Temer que convoque o Congresso Nacional. Se o Presidente do Congresso e do Senado, o Senador Eunício Oliveira, convocar-nos, nós derrubamos o veto de Temer. E os Estados podem ter a ajuda sem ter que aumentar para 14% a contribuição para a Previdência.



Os Governadores estão aqui — o Governador Sartori esteve aqui; o Governador Pezão está aqui. Vamos fazer um trabalho conjunto. Vamos ao Temer. Vamos derrubar o veto. É muito fácil. Aí, sim, nós vamos ter solidariedade com os Estados. Não vai ser preciso aumentar para 14%, que é o que Temer propõe.

Colegas Deputados, se votarem essa proposta, V.Exas. não vão ter nada de solidariedade com os servidores dos Estados, que vão aumentar para 14%, com taxas extras... É isso o que diz o projeto. Vão poder vender, em três áreas importantes — na economia, o BANRISUL; no saneamento, a CORSAN, do Rio de Janeiro, pois a CEDAE já foi; na área de energia, o que falta ainda para os Estados venderem; e outras vendas. Ou seja, nós estamos dando um cheque em branco para venderem o que quiserem.

Se queremos ser solidários com os Estados, vamos derrubar o veto de Temer. Este não foi nem um pouco solidário com os Estados. Aí nós teremos a solução.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Orientação.

Como vota o Bloco do PP? *(Pausa.)*

Como vota o PMDB? *(Pausa.)*

Como vota o PSDB? *(Pausa.)*

Como vota o PR? *(Pausa.)*

Como PSD? *(Pausa.)*

Como vota o DEM? *(Pausa.)*

Como vota o PTB? *(Pausa.)*

O SR. SIMÃO SESSIM (Bloco/PP-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) -

O PP vota “não” e pede...



O SR. DARCÍSIO PERONDI (PMDB-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - A base toda vota “não”.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Como vota o Solidariedade? *(Pausa.)*

Como vota o PSC? *(Pausa.)*

Como vota o PPS? *(Pausa.)*

Como vota o PV? *(Pausa.)*

O SR. DARCÍSIO PERONDI - Sr. Presidente, a base toda vota “não”.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - A base vota “não”?

Como vota o PT? *(Pausa.)*

O SR. DARCÍSIO PERONDI (PMDB-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PMDB vota “não”.

O SR. ALBERTO FRAGA (DEM-DF. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O Democratas vota “não”.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Como vota o PT? *(Pausa.)*

O SR. NELSON MARQUEZELLI (Bloco/PTB-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PTB vota “não”.

O SR. AFONSO FLORENCE (PT-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sras. Deputadas e Srs. Deputados, povo brasileiro que nos assiste, está chegando a hora em que as Deputadas e os Deputados vão ter que botar a sua digital. São a favor do arrocho salarial de professores, policiais militares, policiais civis, servidores do Judiciário... *(Manifestação no plenário.)*

Sr. Presidente, estão cortando o meu...

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Peço desculpas, Deputado. V.Exa. tem a palavra.



O SR. AFONSO FLORENCE - Peço que reponha o meu tempo.

As Deputadas e os Deputados terão que se decidir...

O tempo não foi repostado, Presidente. *(Pausa.)* Sr. Presidente, o tempo não foi repostado.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Fique tranquilo, Deputado.

O SR. AFONSO FLORENCE - As Deputadas e os Deputados vão ter que se decidir, vão ter que botar a digital. São a favor da privatização de empresas rentáveis num momento de baixa de preço? De queimar os ativos, o patrimônio público dos Estados, nessas condições? São a favor do arrocho salarial de profissionais da administração pública direta, de policiais militares, professoras e professores, policiais civis, servidores do Judiciário, da Defensoria, do Ministério Público? São a favor de que qualquer empréstimo seja para pagar juros? A troca disso sabem o que é? São 36 meses de moratória da dívida, mas depois vem toda a dívida, com juros e com correção. É para quebrar os Estados!

Nós temos um substitutivo. Este substitutivo permite a renegociação, com investimentos, para recuperar a arrecadação de ICMS, e mantém as progressões e os reajustes.

Por isso, nós queremos o requerimento de quebra de interstício.

O PT vota "sim".

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - O PT vota "sim".

Como vota o PDT? *(Pausa.)*

O SR. WELITON PRADO (PMB-MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PMB vota "sim".



O SR. AFONSO MOTTA (PDT-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, numa hora como esta, mais um ônus para este Parlamento. A tutela do Governo Federal recai sobre os ombros do Legislativo, do nosso Poder. É uma intervenção, esta é a verdade. É uma intervenção.

Nós gostaríamos de ajudar o nosso Estado, o Estado do Rio Grande do Sul. Já votamos pela renegociação da dívida, pela prorrogação do prazo, mas “não” a essas condições, que são, sim, condições intervencionistas, que ferem o pacto federativo, que ferem a autonomia dos Estados. É uma agressão!

E é o Parlamento, num momento como este, que tem que dar o aval, a garantia ao Governo Federal. A situação é totalmente injusta, que atinge e fere princípios elementares da autonomia federativa.

O PDT vota “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Como vota o PCdoB? *(Pausa.)*

O SR. ZÉ GERALDO (PT-PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Na votação anterior, o Deputado Zé Geraldo votou com o seu partido.

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB-RJ. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, é importante que falemos a verdade para a sociedade brasileira: este projeto não vai resolver o problema de Estado nenhum de forma emergencial, porque o nível de exigência que se faz para abrir a discussão da moratória levará, em muitos Estados, como o Rio de Janeiro, por exemplo, meses, com grande perda para cada Estado.

Aliás, todos os Estados são tratados igualmente, com as mesmas exigências de contrapartidas. Como já se disse aqui, não vai ser preciso Governador, depois



desse nível de exigência para todos os Estados. Não vai mais ser preciso ter um governo. O Governo Federal vai governar todos os Estados brasileiros.

Além disso, essa intervenção nos Estados levará não só à perda de patrimônio, não só ao arrocho do servidor, mas também levará à perda de políticas públicas para o usuário, para o povo.

Por isso nós queremos a quebra do interstício para votar a preferência...

(Desligamento automático do microfone.)

A SRA. JANDIRA FEGHALI - Não consegui concluir, Sr. Presidente.

Rapidamente: a preferência do projeto apresentado pelo Deputado Afonso Florence ou a outra alternativa, que também dá uma solução imediata, que é a derrubada do veto do projeto de dezembro.

(Desligamento automático do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Como vota o PSOL?

O SR. GLAUBER BRAGA (PSOL-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Deputadas e Deputados, muita atenção: esta é aquela matéria que eleva a contribuição previdenciária dos servidores públicos para 14%!

Deputadas e Deputados, o Governo de Temer já tentou fazer com que a sua base aprovasse hoje o desmonte da CLT. Agora, Deputadas e Deputados da base do Governo de Temer, ele quer que V.Exas. se indisponham com os servidores públicos brasileiros e as servidoras públicas brasileiras, sem contar o desmonte que fazem, com a privatização do conjunto das estatais.

Não vamos votar contra os servidores. O PSOL é contra esta matéria e, por esse motivo, vota “sim” à quebra de interstício para a votação nominal.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Como vota a Rede?



O SR. JOÃO DERLY (Rede-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - A Rede vota “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Como vota a Minoria?

O SR. HENRIQUE FONTANA (PT-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu quero voltar à pauta do encontro de contas entre Estados e o Governo Federal. O Rio Grande do Sul, por exemplo, tem um crédito de algo em torno de 41 bilhões de reais, referente a perdas da Lei Kandir. É preciso defender esses créditos. Os Governadores não podem ajoelhar-se perante o Governo Federal, comprometer-se a vender todo o patrimônio público do Estado — no nosso caso, BANRISUL, CORSAN, metade da CEEE, SULGÁS — e muitas outras coisas.

Segundo, o projeto impõe que os Governadores abram mão de toda e qualquer disputa judicial, disputas que eles estão para ganhar. Este projeto não é de recuperação dos Estados, mas para fazer os Estados ajoelharem, falirem e acumularem dívidas para o futuro, em troca das privatizações.

O nosso voto é “sim”.



CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ

Número Sessão: 080.3.55.O

Data: 18/04/2017

REDAÇÃO FINAL

Tipo: Deliberativa Extraordinária - CD

Montagem: 4176

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Em votação o requerimento.



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Aqueles que forem favoráveis ao requerimento permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

REJEITADO.



O SR. AFONSO FLORENCE - Ganhamos, Sr. Presidente!

O SR. IRAJÁ ABREU (PSD-TO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o Deputado Irajá Abreu acompanhou o PSD nas últimas votações.



O SR. AFONSO FLORENCE - Sr. Presidente, peço a palavra pela Liderança do PT.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Tem V.Exa. a palavra, pela Liderança do PT.

O SR. AFONSO FLORENCE (PT-BA. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, povo brasileiro que nos assiste, servidores públicos estaduais, este PLP tem uma história e a dívida dos Estados tem uma história. A ideia de que estamos discutindo um regime de recuperação fiscal não se sustenta diante dos fatos.

Em 1997, foi aprovada a Lei nº 9.496, no Governo FHC, que estipulava como parâmetro para a correção do valor da dívida dos Estados o IGP-DI mais 6%. Depois, em 2014, foi aprovada a Lei Complementar nº 148, que estabeleceu o IPCA mais 4% — condições extremamente mais vantajosas para os Estados. Depois disso, em 2015, o Deputado Esperidião Amin apresentou aqui um PDC para derrubar o critério de revisão das dívidas, de reajuste, que era o IPCA mais 4%, da Lei Complementar nº 148, de 2014.

Aqui neste plenário, naquele ambiente político que antecedeu o *impeachment*, era dito que esse parâmetro, o IPCA mais 4%, era um parâmetro de achaque, de agiotagem. Esse parâmetro está mantido no PLP 343. A maioria deste Plenário estava prestes a aprovar o PDC do Deputado Esperidião Amin. E o Governo da Presidenta Dilma, em negociação com os Governos Estaduais, enviou para esta Casa o PLP 257, que previa a possibilidade de uma moratória, de um alongamento do perfil da dívida, em troca de uma política de ajuste fiscal dos Estados, política essa bem menos gravosa do que a do PLP 343.



Na condição de Líder do Partido dos Trabalhadores, com o aval da minha bancada, das Deputadas e dos Deputados do PT, em defesa das servidoras e dos servidores públicos não só do Executivo, mas também do Judiciário, da Defensoria Pública, do Ministério Público, e das professoras, dos professores, dos policiais militares e civis, fiz uma emenda retirando do PLP 257 tudo que era arrocho salarial.

Veio o *impeachment*, e veio uma nova versão do PLP 257, já no Governo Temer, muito mais gravosa, determinando privatizações, dando prazo exíguo para privatizações — de 12 meses —, estabelecendo a impossibilidade absoluta de progressão de carreira e de concurso público. O PLP 257 era muito pior na versão Temer do que na versão Dilma.

Em dezembro de 2016, este Plenário derrotou o texto do Governo Temer em uma posição de acordo da Oposição com a base do Governo, que, naquele momento, entendia a importância de autorizar a renegociação das dívidas dos Estados, permitindo que cada Estado, de acordo com a sua realidade fiscal, pudesse negociar com o Governo Central.

Entretanto, a perseverança do Governo Temer em desmontar o estado de bem-estar social, em desmontar a máquina pública estatal brasileira — nesse caso, no que diz respeito aos entes federados subnacionais, os Estados —, em enxugar o Estado, reduzindo inclusive a oferta de serviços públicos, ela é incontestável, conforme está no texto do PLP 343.

Qual a diferença entre o PLP 343 e o texto do substitutivo que a Oposição apresentou? No PLP 343, de Temer, os Estados são obrigados a privatizar o setor financeiro, o setor de saneamento, o setor elétrico e outros. Ou seja, vão queimar seus ativos enquanto houver dívida. Os Estados serão obrigados a destinar todos os



novos empréstimos a pagamento de dívidas. Os Estados não poderão realizar concurso público, não só no Executivo, mas em todos os Poderes. Os Estados não poderão reconhecer progressão funcional. Os Estados serão obrigados, no texto de Temer, a abrir mão de 20% dos incentivos fiscais — no texto do Relator, o Deputado Pedro Paulo, de 10% ao ano.

Isso significa uma reconcentração industrial no País. Esse é o PLP 343, danoso ao povo brasileiro e, em especial, ao povo do Rio de Janeiro, do Rio Grande do Sul e de Minas Gerais. Se esses três Estados abrirem mão dos benefícios fiscais, as empresas vão sair desses Estados para outros, que ainda poderão oferecer incentivos fiscais. Esse é o PLP 343!

E como é o substitutivo global da Oposição? Primeiro, ele mantém o direito dos Estados que aderirem de ter a moratória de 3 anos, de renovar essa moratória por 3 anos, agora na forma de redução das suas prestações. Em vez de praticar esse verdadeiro desmonte, esse arrocho e essa entrega das estatais estaduais, o substitutivo autoriza os Estados a oferecer ao Governo Central uma proposta de ajuste.

Se o Rio de Janeiro, Minas Gerais e o Rio Grande do Sul quiserem fazer arrocho, isso é um assunto do Governador com a Assembleia Legislativa. Se quiserem queimar ativos, é um assunto do Governador com a Assembleia Legislativa. Se quiserem abrir mão dos benefícios fiscais, esse é um assunto do Governador com a Assembleia Legislativa.

Isso é diferente do que está no PLP 343, que diz que esse é um assunto de cada Deputado e de cada Deputada, que vão ter um acerto de contas com o seu eleitor. Não é Meirelles, não é Temer. Como disse o Deputado Henrique Fontana,



nós não vamos ter Temer como candidato a Presidente, porque ele não tem condição nenhuma de sair candidato. São os Deputados que vão pagar a conta na eleição.

Os Estados, ao apresentarem a proposta de ajuste fiscal sem a obrigatoriedade de arrocho, de desmonte do Estado, terão os benefícios, na forma do substitutivo global que a Oposição sustenta.

Por isso, nós estamos chegando a um momento muito importante, e eu faço um apelo ao Deputado Rodrigo Maia para que faça o que o povo brasileiro espera dele: dê, de ofício, a votação nominal ao requerimento de preferência. Essa é a expectativa do povo, que quer saber como o Deputado e a Deputada votaram. E, se não der de ofício, o Deputado ou a Deputada vão ter que votar assim nos destaques. Há destaque para tudo. A Oposição apresentou destaque para tirar o arrocho, para impedir as privatizações, para evitar o desmonte. Então, V.Exas. vão fazer nominal de uma forma ou de outra.

Por isso, somos pela aprovação do substitutivo global da Oposição, em defesa dos servidores e das servidoras e do serviço público dos Estados.

Vamos dizer “não” ao PLP 343, do Governo Temer.



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Concedo a palavra ao Deputado André Figueiredo, pela Liderança do PDT.

A SRA. ALICE PORTUGAL - Depois, Sr. Presidente, peço a palavra pelo PCdoB, como Líder.

O SR. ANDRÉ FIGUEIREDO (PDT-CE. Como Líder. Sem revisão do orador.)
- Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, a máxima que diz que *"nada está tão ruim que não possa ficar pior"* parece que foi observada bem pelo Relator da proposta que, na prática, significa o fim da CLT no nosso País, o meu amigo, aliás, Deputado Rogério Marinho.

Felizmente, esta Casa, numa demonstração muito clara de que ouviu as vozes das ruas e dos trabalhadores brasileiros, disse "não", pelo menos momentaneamente, à urgência da tramitação desse projeto, para que pudéssemos apreciá-lo, diante dessa celeridade injustificável aqui no Plenário.

Depois de tanto que esse Governo vem fazendo em termos de perversidade, porque encaminhou a reforma da previdência e, antes disso, encaminhou a PEC do teto dos gastos, congelando por 20 anos gastos sociais, sem nem mexer em juros da dívida interna, sem nem rediscutir nada no âmbito do setor financeiro; depois de entregar reservas estratégicas da PETROBRAS, que eram da PETROBRAS, no âmbito do pré-sal, que seriam destinadas à educação e à saúde; depois de sair com edital de chamada pública, entregando as empresas de telecomunicações, um satélite que é do povo brasileiro, que deveria levar a Internet, com Banda Ka, aos locais mais remotos, onde a fibra ótica não chega, onde poderíamos alcançar com alta velocidade todas as escolas públicas do nosso País; encaminha também a discussão desse PLP, que renegocia as dívidas dos Estados.



Vemos aqui Parlamentares, principalmente do Rio de Janeiro e do Rio Grande do Sul, dizendo que não aceitam votar isso, porque a contrapartida é um verdadeiro acinte ao servidor público, ao patrimônio do povo brasileiro, porque exige um alto grau de privatização, principalmente quando o mercado está em baixa para a aquisição dessas empresas.

Eu queria apenas deixar muito claro um ponto, porque, na discussão da votação da urgência, eu ouvi um dos colegas Parlamentares da base do Governo dizer: *“Onde está escrito que acaba com o 13º? Onde está escrito que acaba com as férias? Onde está escrito que acaba com o FGTS?”*

Pois bem, sugiro que se leia o art. 442-B, que diz:

Art. 442-B. A contratação do autônomo, cumpridas por este todas as formalidades legais, com ou sem exclusividade, de forma contínua ou não, afasta a qualidade de empregado prevista no art. 3º desta CLT.

Todos nós sabemos o que é um autônomo. Autônomo é um prestador de serviços individual, pessoa física, que recebe apenas um RPA — Recibo de Pagamento Autônomo, sem direito a nada. Ou seja, eu posso, sendo empresário, demitir aquele meu trabalhador celetista e contratá-lo como autônomo.

Eu pensei até que houvesse uma bondade, mas, lá na frente, ele proíbe. Quando ele vai fazer a menção, ele diz:

Não pode figurar como contratada, nos termos do art. 4º desta lei, a pessoa jurídica cujos titulares ou sócios tenham, nos últimos 18 meses, prestado serviços à contratante na qualidade de empregado (...).



Isso seria, claro, para evitar a “pejotização”, porque daria 18 meses de prazo para que não pudesse se demitir e depois contratar como PJ. Mas esse prazo não é dado para se contratar o mesmo trabalhador na condição de autônomo.

Minha gente, é muita perversidade o que se está querendo fazer com o trabalhador brasileiro! E, mais grave, eu pensava que a lei da terceirização era o que de pior havia contra o trabalhador brasileiro, porque, além de terceirizar a atividade fim, e agora trazem esse texto para a CLT, acaba com a responsabilidade solidária. Agora — pasmem, colegas! — acaba a solidária e a subsidiária, segundo o § 2º do art. 3º. Não existe mais nenhuma proteção ao trabalhador de empresas contratadas como terceirizadas.

É por isso que esta Casa tem o dever não apenas de rejeitar a urgência, mas também de rejeitar esse projeto nefasto que em nada contribuirá para que o trabalhador brasileiro possa ter sua dignidade preservada; pelo contrário, ele terá suas condições de trabalho completamente precarizadas.

Muito obrigado.



O SR. ALCEU MOREIRA (PMDB-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) -

Sr. Presidente, o Deputado Alceu Moreira votou com o partido nas votações anteriores.



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Concedo a palavra à Deputada Alice Portugal, pela Liderança do PCdoB.

A SRA. ALICE PORTUGAL (PCdoB-BA. Como Líder. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, na verdade, é importante dizer que estamos apoiando integralmente a emenda substitutiva global do PT para este Projeto de Lei Complementar nº 343, de 2017, porque compreendemos e já conversamos exaustivamente sobre isso com todo o Brasil.

Nós todos somos a favor de que as dívidas dos Estados sejam pactuadas e negociadas. Não há um Deputado sequer nesta Casa que tenha uma opinião de que os Estados não mereçam socorro e que a desconcentração possa ser realizada em relação a essa questão fiscal na União.

No entanto, nós também sabemos que esta Casa já se pronunciou sobre a matéria. No ano passado, nós votamos com clareza e votamos com consciência.

Naquela votação, esta Câmara se pronunciou contrariamente às contrapartidas que estavam oferecidas na matéria.

Era tempo, já é tempo, ainda é tempo de se convocar uma sessão de análise de vetos, quando poderemos derrubar os vetos que foram apostos pelo Presidente, Sr. Temer, golpista, que ocupa a Presidência da República neste momento, e socorrer os Estados. No entanto, essa sessão de análise de vetos não foi convocada, e agora se apresenta de novo o mesmo projeto. Nessa reapresentação, novamente as contrapartidas são impostas.

Essas contrapartidas são completamente nefastas, elas fazem coro com essas reformas ultraliberais que estão sendo apresentadas. Hoje derrotamos a urgência da reforma trabalhista, num momento ímpar deste plenário, mostrando que



ainda há Deputados e Deputadas que têm preocupação e sensibilidade em relação aos direitos que estão sendo ameaçados, os direitos dos trabalhadores e especialmente dos que mais precisam.

Essa derrota é importante, simbólica, histórica. É claro, amanhã todas as forças se mobilizarão, mas tenho certeza de que novamente este Plenário carimbará uma posição de dignidade.

O Projeto de Lei Complementar nº 343, ao impor que não haverá concursos, ao impor a reprodução da reforma da Previdência nos Estados, mostra que o Presidente mentiu. Mentiu ao dizer que estava tirando do texto os policiais e os professores, mas na verdade empurra para os Governadores o serviço sujo. Faz uma chantagem com os Chefes dos Executivos Estaduais para que eles recebam a moratória de 3 anos, mas com a condicionante de fazer esse processo de devassa em direção aos direitos dos servidores públicos. É algo que não é digno. Se você tem uma proposta, assumo a sua proposta. Mas ele empurra como moeda de troca para que os Governadores façam o que ele deixa de fazer para amenizar a dor que essa reforma da Previdência impõe.

Por isso, apoiamos integralmente o substitutivo. Espero que amanhã esta Casa renove a sua dignidade votando contra a urgência, dando-nos um tempo maior para preparar a grande Greve Geral Nacional do dia 28.

Muito obrigada.



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Concedo a palavra ao Deputado Beбето, pela Liderança do PSB.

O SR. BEBETO (PSB-BA. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, estamos debatendo este PLP neste momento de forma equivocada. E considero a forma equivocada, porque tivemos a oportunidade de discorrer, no ano passado, sobre um projeto versando sobre a mesma matéria. Bastava apenas esta Casa, ou que o próprio Governo, analisando o conteúdo da votação que adotamos no ano passado, exigir que o Congresso Nacional se reunisse e analisasse o veto apostado pela Presidente ao conteúdo daquele projeto, que trata da renegociação da dívida dos Estados.

Nós estamos agora debatendo o PLP. Creio que nenhum dos Srs. Deputados e Deputadas é contra a renegociação da dívida dos Estados. Todos nós queremos que os Estados sejam saneados financeiramente, que haja um equilíbrio fiscal, que os Estados sejam capazes de cumprir, de assumir suas obrigações, que estejam adimplentes. Essas são condições que nenhum de nós tergiversa em relação à necessidade de que esses Estados possam renegociar suas dívidas.

No entanto, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o que se está a discutir neste momento não é apenas o conteúdo da renegociação da dívida dos Estados. Nós estamos assistindo, nesta proposta, a uma escalada que rompe com o pacto federativo, retira a autonomia das nossas federações de estabelecerem suas políticas próprias.

Nós não podemos aceitar que, havendo um constitucionalista à frente da Presidência da República, nós não entendamos que é necessário nesse sentido respeitar aquilo que constitucionalmente está estabelecido, que é o pacto federativo.



Ora, Sr. Presidente, renegociar as dívidas, fazendo com que os Estados se submetam a condicionantes que consideram draconianas, como, por exemplo, impor aos Estados que, para essa renegociação, abram mão dos seus ativos, privatizem empresas estatais da área de energia ou mesmo de saneamento básico?

Isso não é razoável em nosso entendimento. Os Estados precisam analisar aquelas estatais ou aquelas empresas públicas que são fundamentais, ao seu juízo, a um processo de desenvolvimento regional, a um processo de desenvolvimento em cada uma das nossas federações.

Por isso mesmo, no nosso entendimento, o Governo poderia, se assim desejasse, retirar essas condicionantes. O Governo poderia refletir melhor sobre o conteúdo da proposta, e nós, então, estaríamos debatendo tão somente — sem essas condicionantes — um processo de negociação ou de renegociação da dívida dos nossos Estados.

Eu quero, portanto, dizer que, em nosso entendimento, há outros mecanismos. Essa expansividade de medidas fiscalistas para os nossos Estados por certo promoverá maior garroteamento na capacidade de investimento das Federações, dos nossos Estados, e isso não é razoável.

Por exemplo, propor que em 3 anos não possam pagar essa dívida pública, mas que depois, ao término deste período, terão que pagá-la com a remuneração de juros altíssimos significa dizer que os nossos Estados terão *a posteriori*, findo este prazo, a condição de assumir novamente um passivo altíssimo em torno da dívida que, em 3 anos, eles deixariam de realizar. Isso não é possível, Sr. Presidente!

Além disso, os nossos Estados ficam objetados de fazer investimentos, e isso nós não podemos aceitar. Se fosse algo na linha de que se pudesse garantir que os



Estados também tivessem a plena liberdade de realizar os seus investimentos, até poderíamos imaginar que se retiraria de um lado, mas, de outro lado, se garantiria a possibilidade de os Estados, com essa economia, realizar investimentos, gerando emprego, renda e desenvolvimento regional.

Por isso mesmo, nós queremos trazer essas observações refletidas por parte da nossa bancada, por parte da bancada do PSB. O que trazemos aqui parte de um pensamento mediano, sem preocupações de estabelecer qualquer nível de oposição, mas de analisar o papel, a autonomia das nossas Federações.

Os Estados que já cumpriram o seu papel, a exemplo de Pernambuco e Bahia, e que têm uma sanidade fiscal não podem ser responsabilizados por aqueles Estados que tiveram um descontrole fiscal, uma atitude perdulária.

É nesse sentido que nós queremos chamar a atenção para essa proposta. Nós queremos essa renegociação, mas não com as condicionantes que tentam ser impostas aos Estados, às Federações.



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Sobre a mesa requerimento com o seguinte teor:

Senhor Presidente:

Requeremos, nos termos do Artigo 161, inciso IV e § 2º, do Regimento Interno, destaque de preferência para votação da emenda substitutiva global 39, apresentada ao PLP 343/2017.

Deputado Afonso Florence

Vice-Líder do PT.



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Orientação de bancada.

Como vota o Bloco do PP?

O SR. ARTHUR LIRA (Bloco/PP-AL. Pela ordem. Sem revisão do orador.) -

Votamos “não”, Sr. Presidente.

O SR. AFONSO FLORENCE - Sr. Presidente, e o encaminhamento?

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Não há encaminhamento. Ele já foi feito na sessão anterior. Questão de Ordem nº 231.

Como vota o PMDB? *(Pausa.)*

Como vota o PSDB? *(Pausa.)*

Como vota o PR? *(Pausa.)*

Como vota o PSD? *(Pausa.)*

Como vota o PSB? *(Pausa.)*

Como vota o DEM? *(Pausa.)*

Como vota o PRB? *(Pausa.)*

Como vota o PSC? *(Pausa.)*

Como vota o PPS? *(Pausa.)*

Como vota o PV? *(Pausa.)*

O SR. ARTHUR LIRA (Bloco/PP-AL. Pela ordem. Sem revisão do orador.) -

Votamos “não” e orientamos a base para também votar “não”, Sr. Presidente.

O SR. AFONSO FLORENCE - Há destaques, Sr. Presidente. Não há encaminhamento?

O SR. ALBERTO FRAGA (DEM-DF. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O Democratas vota “não”.

O SR. AFONSO FLORENCE - Sr. Presidente, há destaque de preferência.



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Questão de ordem foi respondida pelo Presidente João Paulo Cunha a este Deputado que vos fala sobre esse tema. Não cabe encaminhamento, que já foi feito na sessão anterior.

O SR. MAJOR OLIMPIO (SD-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O Solidariedade vota “não”.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Tem a palavra o Deputado do PT para orientação de bancada.

O SR. AFONSO FLORENCE - Sr. Presidente, o destaque de preferência ainda não foi votado.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Mas já foi feito o encaminhamento. Essa questão de ordem já foi respondida.

Orientação de bancada pelo PT.

O SR. AFONSO FLORENCE (PT-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, V.Exas. vão colocar o dedo, a digital nessa votação.

Essa emenda substitutiva global da Oposição autoriza os Estados a fazerem a renegociação tal qual o PLP 343, sem impor arrocho salarial a servidores públicos, sem impor privatizações que queimam os ativos dos Estados, sem impor o fim dos benefícios fiscais, sem impor que os empréstimos sejam destinados para pagar juros.

Esse PLP 343 é muito ruim! Por isso, votar a preferência na emenda substitutiva global é a coerência e a garantia da eleição de V.Exas. O PT vota “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Como vota o PDT?



O SR. AFONSO MOTTA (PDT-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PDT quer chamar a atenção das companheiras e dos companheiros Parlamentares. Essa é uma grande oportunidade, que garante atenuar os efeitos negativos da tutela do Governo Federal sobre os Estados federados. Nós estaríamos suprimindo as contrapartidas e votando aquilo que é essencial: a renegociação da dívida, o prazo, a carência, enfim, as condições que nós sabemos e queremos outorgar aos nossos Estados, numa perspectiva de recuperação fiscal.

Portanto, é fundamental que votemos e aprovemos esse substitutivo. Por isso, o PDT vota “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Como vota o PSOL? *(Pausa.)*
Como vota o PCdoB?

A SRA. ALICE PORTUGAL - Peço a palavra para uma questão de ordem preliminar, Sr. Presidente, antes do encaminhamento.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Para orientar.

A SRA. ALICE PORTUGAL - Presidente, é uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Faça-a, para vermos se tem relação com a votação.

A SRA. ALICE PORTUGAL (PCdoB-BA. Questão de ordem. Sem revisão da oradora.) - Eu lhe agradeço. O art. 192, § 1º, garante que todas as votações devem ser encaminhadas. E, objetivamente, nós não chegamos antes, nem perto, da preferência.

O SR. ARTHUR LIRA - Presidente, é uma questão de ordem protelatória.

A SRA. ALICE PORTUGAL - Não é protelatória!



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Eu sei. Ela vai ter 1 minuto, porque o PCdoB...

A SRA. ALICE PORTUGAL - Sr. Presidente, permita-me. Eu tenho o direito...

O SR. ARTHUR LIRA - Jogar com o Regimento é normal. Agora...

A SRA. ALICE PORTUGAL - Eu tenho o direito regimental...

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - V.Exa. está falando pelo PCdoB.

A SRA. ALICE PORTUGAL - Eu tenho o direito regimental de fazer questão de ordem!

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Já está superada essa questão de ordem. Eu já a respondi.

A SRA. ALICE PORTUGAL - Não está superada, porque é a primeira vez que chegamos à preferência. E o autor tem que ter, pelo menos, o direito de defender a preferência.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - O Deputado Henrique Fontana já a defendeu, Deputada.

A SRA. ALICE PORTUGAL - Pois bem, Sr. Presidente, eu voto "sim".

O SR. SERGIO ZVEITER (PMDB-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o Deputado Sergio Zveiter votou com o partido nas votações anteriores.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Como vota o PSOL, Deputado Ivan Valente?

O SR. AFONSO FLORENCE - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - V.Exa. pode fazer a questão de ordem no final.



Tem a palavra o Deputado Ivan Valente.

O SR. IVAN VALENTE - Sr. Presidente, eu gostaria que voltasse o meu tempo.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Pode voltar o tempo, 1 minuto. Pronto!

O SR. IVAN VALENTE (PSOL-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, em primeiro lugar, eu queria colocar que nós estamos discutindo aqui uma intervenção nos Estados, que é a perda de autonomia dos Estados, dos Governos, do Ministério Público, da Justiça dos Estados.

Essa intervenção é para privatizar tudo que existe. Estará à venda o Estado, o financeiro, o elétrico. E recairá sobre os trabalhadores, servidores públicos um peso enorme, o aumento da contribuição previdenciária, que será de 14% a 22%.

Nós estamos falando em reduzir em 20% ao ano as renúncias tributárias concedidas no âmbito de políticas de atração de investimentos. Nós estamos falando em ampliar as alíquotas de contribuição previdenciária. Nós estamos evitando que o Estado exista, crie cargos, faça concurso público.

Por isso, o PSOL vota "sim".

O SR. AFONSO FLORENCE - Sr. Presidente, eu gostaria de registrar uma reclamação.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Como vota a Minoria?

O SR. HENRIQUE FONTANA - Sr. Presidente, parece que a Rede ia falar antes da Minoria. V.Exa. alterou a ordem?

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - A Minoria está com a palavra.

O SR. HENRIQUE FONTANA - Sr. Presidente, V.Exa. poderia colocar o meu minuto para nós podermos desenvolver aquele raciocínio.



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Não. O tempo está correndo.

O SR. HENRIQUE FONTANA (PT-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) -
Sr. Presidente, o tempo está correndo antes de eu poder falar.

Está havendo um *frisson* no plenário. V.Exa. sabe por quê?

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Gostam de ouvi-lo.

O SR. HENRIQUE FONTANA - Deixe-me contar para as pessoas que estão
em casa.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Gostam de ouvi-lo.

O SR. HENRIQUE FONTANA - É porque nós poderemos votar nominalmente
um projeto que garante a parte boa da renegociação...

O SR. ALCEU MOREIRA - Isso é protelação, Sr. Presidente. Isso é
enrolação.

O SR. HENRIQUE FONTANA - ...e que não permite todas essas
privatizações, a intervenção nos Estados. Mas o Presidente está correndo para não
deixar que seja votado nominalmente aquilo que seria bom, e ele quer aprovar
aquilo que é ruim para os Estados e para o País.

É este o jogo aqui agora. Por isso, inclusive, ele está acelerando o ritmo e não
quer conceder 1 minuto. Nós temos que votar nominalmente esta emenda
substitutiva...

(Desligamento automático do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Como vota a Rede?

O SR. AFONSO FLORENCE - Sr. Presidente, eu queria registrar uma
reclamação.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Como vota a Rede?



O SR. ALESSANDRO MOLON (Rede-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, nesta matéria, a Rede votará a favor do requerimento de preferência. Por quê? Porque se a preferência for aprovada, os Parlamentares todos, todos os colegas terão a oportunidade de votar num projeto de socorro aos Estados sem que isso signifique castigar os servidores e a população sofrida de Estados, como o meu, o Estado do Rio de Janeiro.

Portanto, para permitir aos colegas que eles votem a favor de um projeto que tem o benefício de ajudar os Estados sem sacrificar a população, nós vamos orientar, nesta matéria do requerimento de preferência, pelo voto “sim”.

Sr. Presidente, “sim” vai ser o voto da Rede.

O SR. AFONSO FLORENCE - Sr. Presidente, eu quero apresentar uma questão de ordem sobre a votação.

O SR. HENRIQUE FONTANA - Sr. Presidente, ainda não houve o registro do voto na Minoria.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - A Minoria vota “sim”.

O SR. ALCEU MOREIRA - Acabou a enrolação!

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)



CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ

Número Sessão: 080.3.55.O

Data: 18/04/2017

REDAÇÃO FINAL

Tipo: Deliberativa Extraordinária - CD

Montagem: 4176

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Em votação.



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Aqueles que forem a favor permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

REJEITADO.



O SR. AFONSO FLORENCE - Sr. Presidente, quero apresentar uma questão de ordem sobre a votação.

O SR. HENRIQUE FONTANA (PT-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Votação nominal, Sr. Presidente! Votação nominal, Sr. Presidente. É importante que seja votado nominalmente.

O SR. NILSON LEITÃO (PSDB-MT. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, está fora do tempo, não pode ser nominal.

O SR. AFONSO FLORENCE - Sr. Presidente, a questão de ordem é com base no art. 185. Esta é uma questão de ordem sobre a votação, Sr. Presidente, com base no art. 185 e no art. 96.

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. HENRIQUE FONTANA - Eles estão com medo do voto nominal agora, não querem assumir o voto!

O SR. AFONSO FLORENCE - É sobre a votação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Pode falar, Deputado.

O SR. ALCEU MOREIRA - Está encerrada a votação!

O SR. HENRIQUE FONTANA - Falta-lhes coragem para assumir o voto agora.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Já encerrou. Ele está apresentando uma questão de ordem.

O SR. ALCEU MOREIRA - Então, está bem!

O PT falar sobre responsabilidade fiscal é dose, é dose! Quebra o País com cara de pau e vem para cá...



O SR. AFONSO FLORENCE (PT-BA. Questão de ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o art. 96 diz que tem que se levar em consideração na votação a observância de expressa disposição regimental. Quanto ao art. 185, a Questão de Ordem nº 572 diz que no processo simbólico é a manifestação pessoal dos Deputados, e não orientação das bancadas.

Hoje, inclusive nesta última votação, foi explícito que a maioria do Plenário ficou como estava e que uma minoria levantou a mão, e V.Exa. proclamou o resultado oposto.

O SR. NILSON LEITÃO - Assunto vencido, Sr. Presidente.

O SR. AFONSO FLORENCE - Sr. Presidente, há Presidente na Mesa ou é o Deputado...?

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Presidentes auxiliares. Às vezes são eles, às vezes são V.Exas.

O SR. AFONSO FLORENCE - A moda está pegando: querem golpear V.Exa. Sr. Presidente, eu quero recorrer da decisão de V.Exa.

O SR. ALCEU MOREIRA - A questão de ordem não tem nenhum fundamento, absolutamente nenhum. É um “enrolando o lero” o que S.Exa. está fazendo aí.

O SR. LEONARDO QUINTÃO (PMDB-MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Na votação anterior, o Deputado Leonardo Quintão votou com o PMDB.

O SR. AFONSO FLORENCE - Sr. Presidente, eu quero que registre a questão de ordem. É expresse e regimental.

A SRA. ALICE PORTUGAL - Questão de ordem, Sr. Presidente.

O SR. IVAN VALENTE - Questão de ordem, Sr. Presidente.



O SR. NILSON LEITÃO - Sr. Presidente, vamos em frente!

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Eu a estou recebendo aqui.

Eu vou dar a palavra para questão de ordem. Peço só 1 minutinho.

O SR. IVAN VALENTE - Verificação, Sr. Presidente.



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Em votação a subemenda substitutiva oferecida pelo Relator da Comissão de Finanças e Tributação, ressalvados os destaques.



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Para questão de ordem, concedo a palavra à Deputada Alice Portugal.

A SRA. ALICE PORTUGAL (PCdoB-BA. Questão de ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, V.Exa. nos assegurou, a esta Casa, que estaria garantindo o funcionamento e o rito regimental da apreciação das matérias.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Total.

A SRA. ALICE PORTUGAL - Eu respeito muito V.Exa., mas, de fato, não tinha 1 hora, e efetivamente V.Exa. não permitiu que houvesse defesa da preferência. E nós não havíamos chegado à preferência antes, portanto seria uma nova votação.

Efetivamente, o § 4º do art. 185 diz o seguinte:

Art. 185.....

§ 4º Havendo-se procedido a uma verificação de votação, antes do decurso de uma hora da proclamação do resultado, só será permitida nova verificação por deliberação do Plenário, a requerimento de um décimo dos Deputados, ou de Líderes que representem esse número.

Não havia passado 1 hora, e V.Exa. puxou a votação simbólica, ainda sem condição de fazê-lo, e precisaria ser consultado um décimo deste Plenário, ou Líderes que representem esse número.

Portanto, Sr. Presidente, eu peço a revogação desse resultado proclamado por V.Exa. e que façamos o rito.



Ao mesmo tempo, peço a atenção dos Srs. Líderes para o apoio a essa matéria.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Vou recolher a questão de ordem de V.Exa. e depois vou responder à questão.

A SRA. ALICE PORTUGAL - Prejuízo do Regimento Interno, Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Para orientar a bancada, como vota o bloco do PP?

O SR. ARTHUR LIRA (Bloco/PP-AL. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, na realidade, essa matéria já está no Plenário da Casa...

O SR. ALCEU MOREIRA (PMDB-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Para toda a base, o voto é "sim", por favor...

O SR. ARTHUR LIRA - Agradeço a participação do Deputado Alceu Moreira e quero apenas reafirmar que esse assunto está bastante amadurecido, discutido e apoiado.

O bloco orienta "sim" e pede à base do Governo que também siga essa orientação.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Como vota o PMDB? *(Pausa.)*

Com vota o DEM? *(Pausa.)*

Como vota o PSDB? *(Pausa.)*

Como vota o PR? *(Pausa.)*

Como vota o PSC? *(Pausa.)*

O SR. BALEIA ROSSI (PMDB-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PMDB encaminha "sim", Sr. Presidente, e pede a todos os Deputados que venham



para o plenário, a fim de que possamos votar esse projeto, que é importante para o País, é importante para o Rio de Janeiro, é importante para o Rio Grande do Sul e para Minas Gerais, é importante para a população de todos os Estados.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Como vota o DEM?

O SR. ALBERTO FRAGA (DEM-DF. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O Democratas vota "sim".

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Como vota o PR? *(Pausa.)*

O SR. AFONSO FLORENCE (PT-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Quero somente fazer um registro, Sr. Presidente, quanto à questão de ordem suscitada pela Deputada Alice Portugal. O PT subscreve a questão de ordem. Consideramos que atinge os 10% por S.Exa. aludidos. Quero registrar isso perante a Mesa, porque nós entendamos que V.Exa. tinha que submeter ao Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Não.

O SR. AFONSO FLORENCE - Mas quero registrar que o PT subscreve a questão de ordem da Deputada Alice Portugal.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Como vota o PR?

O SR. LAERTE BESSA (PR-DF. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Há três Estados que estão agonizando, Sr. Presidente. Aprovamos o projeto com urgência.

O PR vota "sim". O PR vota pela aprovação do projeto.

O SR. ALCEU MOREIRA (PMDB-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Convido os companheiros da base que venham ao plenário. A votação é nominal.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Como vota o PT?



O SR. CARLOS ZARATTINI (PT-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) -

Sr. Presidente, o PT é favorável à negociação dessas dívidas, ao refinanciamento. Nós entendemos que já foi votado aqui, em novembro do ano passado, um projeto que atendia aos Estados. O Governo vetou esse projeto, vetou e atrapalhou muito o financiamento e a vida desses Estados que estão em situação calamitosa. Nós somos a favor da derrubada desse veto.

Aliás, estranhamos, porque até agora — estamos no mês de abril — o Presidente do Congresso ainda não convocou uma única sessão para discutir os vetos. Isso é uma coisa absolutamente irregular.

Nós queremos votar “não”, porque esse projeto é ruim e nós queremos derrubar o veto do projeto votado no ano passado.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Como vota o PDT?

O SR. AFONSO MOTTA (PDT-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, em síntese, essa tutela do Governo Federal estabelece um conjunto de obrigações, entre as quais privatizar e renunciar. Há Estados obrigados a privatizar e a renunciar. Essa tutela também estabelece, por outro lado, além dessas obrigações, um conjunto importante de proibições, questão que os Estados não poderão realizar. Durante todo esse período, os Estados federados vão estar proibidos de realizar aquilo que é essencial para o seu funcionamento.

Portanto, tutela de obrigações e tutela de proibições nós não podemos aceitar. O PDT não aceita essa tutela, essa intervenção.

Muito obrigado.

O SR. NELSON MARQUEZELLI (Bloco/PTB-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PTB vota “sim”.



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Como vota o PCdoB?

A SRA. ALICE PORTUGAL (PCdoB-BA. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, sem dúvida alguma, essa subemenda substitutiva efetiva a possibilidade de impor aos Governadores as sanções aos seus servidores e à máquina dos seus Estados. Por isso, o PCdoB tem clareza em votar contra essa subemenda substitutiva da CFT. Compreendemos que fará mal aos Estados e a seu povo.

Compreendo também que a economia dos Estados será afetada com a privatização de bancos e, onde ainda houver, de empresas de saneamento e de empresas de água. Isso gerará uma afetação ao patrimônio dos Estados.

O PCdoB vota “não” e conclama todos a derrotar a matéria.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Como vota o PSB?

O SR. BEBETO (PSB-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, considerando que a bancada tem posições distintas e analisando as nossas posições e o equilíbrio que precisamos manter no interior do grupo, embora eu já tenha expressado uma posição distinta, a condição de Líder me obriga, já que estou encaminhando esta matéria, a refletir a posição da bancada, liberando-a.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Como vota o PSOL, Líder Glauber Braga.

O SR. GLAUBER BRAGA (PSOL-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu vou pedir que o meu tempo seja recomposto.

Eu lembro aos Deputados e às Deputadas que esta é a matéria que amplia a contribuição previdenciária dos servidores públicos para 14%. É esta a matéria!



A Deputada Alice Portugal me diz, com razão, que a ampliação da contribuição previdenciária irá, no mínimo, para 14%. Quer-se privatizar tudo aquilo que seja possível, incluindo estatais como, no caso do Rio de Janeiro, a CEDAE.

Deputados e Deputadas, o Governo Temer quer colocar na testa de V.Exas. o carimbo daqueles que votaram contra os trabalhadores e trabalhadoras. Essa proposta não ajuda o Rio de Janeiro, não ajuda o Rio Grande do Sul ou Minas Gerais. Não ajuda nenhum Estado brasileiro e é contra os trabalhadores.

Por esse motivo, o PSOL vota “não” a essa matéria.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Como vota o PSDB?

O SR. OTAVIO LEITE (PSDB-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, vamos recuperar uma informação da maior relevância. Há exatamente 1 ano e 12 meses, o Governo do PT, o Governo Dilma encaminhou a esta Casa um projeto com um objetivo similar, a recuperação fiscal dos Estados.

Aqui ninguém vai ousar questionar que a situação fiscal dos Estados brasileiros é muito precária. E é evidente que a culpa direta é da incompetência do péssimo Governo do PT. Mas o fato é que, àquela altura, a Presidente Dilma encaminhou matéria absolutamente similar a esta proposta. Vamos esclarecer ao povo brasileiro que é preciso votar este projeto para a recuperação fiscal dos Estados que estão em dificuldade.

Para o bem do futuro do Brasil, vamos votar a favor, votar “sim”. E vamos acabar com essa hipocrisia, porque temos que ser republicanos.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Como vota a Minoria? (*Pausa.*)

O SR. NELSON MARQUEZELLI - Vamos votar! Vamos votar!



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Tem a palavra o Deputado Henrique Fontana, pela Minoria.

O SR. HENRIQUE FONTANA (PT-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu insisto que esta matéria só empurra com a barriga as dívidas dos Estados. Para postergar por 3 anos o pagamento e aumentar a dívida do Rio Grande do Sul, por exemplo, ela pede em troca que o Rio Grande do Sul abra mão da sua autonomia. Que se venda o Banrisul, a CORSAN, a metade da CEEE.

Ela pede que o Rio Grande do Sul se desindustrialize porque diz que tem que derrubar 10% ao ano dos incentivos fiscais. As indústrias vão fugir para outros Estados que não vão adotar este mesmo critério.

Esta matéria não resolve problema de nenhum Estado da Federação. Nós temos créditos da Lei Kandir — 41 bilhões de reais —, e o Governo Federal não quer reconhecer esses créditos. Esta matéria transforma o Governo Federal em FMI dos Estados.

Nós votamos “não”.



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - A Presidência solicita às Sras. e aos Srs. Deputados que tomem os seus lugares, a fim de ter início a votação pelo sistema eletrônico.

Está iniciada a votação.



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Orientação.

Como orienta a Rede?

O SR. ALIEL MACHADO (Rede-PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - A Rede está em obstrução, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Rede está em obstrução.

Como orienta a base?

O SR. ALCEU MOREIRA (PMDB-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - A base vem ao Plenário votar "sim".

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Como orienta o PDT?

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PDT também está em obstrução.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Como orienta o PT?

O SR. AFONSO FLORENCE (PT-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PT orienta obstrução.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Como orienta o PMDB?

O SR. BALEIA ROSSI (PMDB-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, quero fazer um apelo aos Deputados do PMDB para que possamos votar a favor desta matéria.

O Governo Federal apresentou esta medida como única e última alternativa para três Estados que estão em situação pré-falimentar: Rio de Janeiro, Minas Gerais e Rio Grande do Sul.

Precisamos agir na Câmara Federal com responsabilidade e pensar nos funcionários públicos desses Estados, na população desses Estados, porque, se não superarmos essa votação, quem vai sofrer na ponta é a população, pois não vai



haver serviços públicos de qualidade e os Estados não vão ter nenhuma alternativa de recuperação.

Por isso, Sr. Presidente, eu faço um apelo para que os Deputados do PMDB venham ao plenário e votem a favor a essa matéria. Faço um apelo também a todos os Deputados da base. A Oposição está na situação dela, não tem responsabilidade com o Brasil e não tem responsabilidade com esses Estados. Aliás, se nós temos hoje 13 milhões de desempregados, é graças à Oposição, que não tem essa responsabilidade com o País.

Reitero o apelo para que os Deputados votem favoravelmente a essa matéria e deem uma alternativa para que esses Estados se restabeleçam com as contrapartidas que foram colocadas exemplarmente no projeto.

O SR. NELSON MARQUEZELLI - Vamos votar “sim”!

O SR. CARLOS ZARATTINI - Sr. Presidente, eu vim aqui dizer, em primeiro lugar, que nós não podemos concordar...

O SR. POMPEO DE MATTOS - Nós estamos votando, Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Passo a palavra ao Deputado Pauderney Avelino, pela Liderança do DEM. *(Pausa.)*

Passo a palavra ao Deputado Junior Marreca. *(Pausa.)*

O SR. CARLOS ZARATTINI - Eu estava com a palavra, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Desculpe-me, eu não tinha visto.

O SR. SIMÃO SESSIM (Bloco/PP-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu queria fazer um apelo aos nossos colegas do PP que estejam nas várias dependências da Casa para que venham ao plenário. Essa é a votação



decisiva para salvar os Estados que estão em penúria. Portanto, o apelo é dramático.

O SR. PAUDERNEY AVELINO - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Só um minutinho, Deputado Pauderney...

O SR. CARLOS ZARATTINI - Só peço 1 minuto.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Com a palavra o Deputado Zarattini. Depois, o Deputado Pauderney.

O SR. CARLOS ZARATTINI (PT-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, eu queria apenas responder ao Deputado Baleia Rossi. O Ministério da Fazenda, nesse debate, sempre diz que essa é a única alternativa. Nós não concordamos. Em nosso substitutivo, havia outra proposta, que permitia a recuperação dos Estados sem que se arrochasse o funcionalismo, sem que se levasse à privatização irresponsável das empresas, sem que se levasse a um afundamento ainda maior dos Estados e que também permitia que muitos Estados que ainda não estão numa situação calamitosa se recuperassem.

Quem está jogando o País no fundo do poço é essa dupla Meirelles e Temer, que não se preocupa com os 13,5 milhões de desempregados, que não se responsabiliza pela solução do problema do desenvolvimento econômico...

(Desligamento automático do microfone.)

O SR. LUIZ CARLOS HAULY - Sr. Presidente, quem provocou a crise...

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Só um minutinho. Há uma ordem a ser seguida.



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Com a palavra o Deputado Pauderney Avelino, pela Liderança do DEM.

O SR. PAUDERNEY AVELINO (DEM-AM. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, lamentavelmente, nós estamos vendo uma sequência de desastros nesta Casa.

Os Deputados da atual Oposição foram Governo durante quase 14 anos e trouxeram o Brasil para o desastre que estamos vivendo.

Nós estamos votando uma matéria extremamente importante, para salvar os Estados que estão na bancarrota e aqueles que em breve estarão, seja por má gestão, seja pela conivência do Governo do PT com suas gestões. Nós estamos votando um projeto para resguardar Estados ainda sãos, Estados que ainda pagam os aposentados, que ainda pagam os pensionistas, que ainda pagam os servidores públicos. O Rio de Janeiro, do Governador Pezão, que aqui está, o Rio Grande do Sul e Minas Gerais são três grandes Estados brasileiros quebrados. Eles estão sem condições de pagar aos servidores públicos, pagando à prestação.

Ora, Sras. e Srs. Deputados, qual representação dos Deputados do Partido dos Trabalhadores vêm aqui dizer que esse projeto vai ser a desgraça desses Estados? Qual a moral que eles têm? Esse projeto será a salvação desses Estados, porque empresas públicas, bancos, empresas de saneamento não podem ficar sob a tutela de gestores que não têm compromisso com a gestão eficiente e com a responsabilidade fiscal. É preciso, sim, se desfazer dela.

Está certo o Governo, está certo o Ministro Meirelles, que, por 8 anos, foi Presidente do Banco Central do Governo Lula e foi uma espécie de âncora para dar sustentação ao Governo.



Num gesto de desfaçatez, com arrogância e com desprezo pelo povo brasileiro, o Sr. Emílio Odebrecht diz que Lula, desde que era sindicalista, já estava no seu bolso para evitar greves. Depois que Lula se transformou em Presidente da República, ele o usou para fazer crescer a sua organização criminosa. Nós podemos chamar assim, depois que vieram a público todas essas delações e gravações. A Odebrecht era dirigida por criminosos, lamentavelmente. Peço desculpas aos funcionários dessa empresa que não compactuavam com aquela bandidagem, mas que repugna a todos nós.

Quem era o padrinho de Emílio e de Marcelo Odebrecht? Era exatamente Lula. Por isso, nós temos que salvar o Brasil. Agora nós temos que consertar aquilo que não houve durante muito tempo: respeito para com o povo brasileiro.

Os senhores do Partido dos Trabalhadores, que governaram durante 14 anos este País, não têm moral para vir aqui falar sobre o que devemos ou não fazer.

Vamos votar “sim”, para salvar o nosso Brasil! Vamos votar “sim”, para salvar os Estados!



O SR. AFONSO FLORENCE (PT-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) -
Presidente Rodrigo Maia, o PT orienta o voto “não”.

O SR. AFONSO FLORENCE - Sr. Presidente, peço apenas 1 minuto, para
alterar o voto do PT.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Como vota o PT?

O SR. AFONSO FLORENCE - Sras. Deputadas, Srs. Deputados, bancada do
PT, nós fizemos uma consulta aos Parlamentares no plenário e vamos votar “não” —
estávamos em obstrução. Gostaríamos que fosse colocada aqui a digital daqueles
que querem o arrocho salarial dos servidores, que querem queimar ativos.

O Líder do DEM teve o desplante de vir a este Plenário agora, quando o DEM
está incluso nas delações da Odebrecht, com direcionamento de licitação. Na Bahia,
o Prefeito de Salvador, ACM Neto, gastou 6 milhões por quilômetro, e a Odebrecht
diz que ele recebeu dali o caixa dois.

Portanto, não confundam as coisas. O que está em jogo aqui? De um lado, o
PT, o PCdoB e o PSOL dizendo “não” ao arrocho dos servidores; do outro, a base
do Governo dizendo “sim” ao arrocho.



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Concedo a palavra ao Deputado Junior Marreca, para uma Comunicação de Liderança, na condição de Representante do PEN.

O SR. JUNIOR MARRECA (PEN-MA. Como Representante. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, é muito importante o que estamos fazendo neste momento.

O PEN vota “sim” a esse importante projeto, que vem salvar de certa forma os Estados, alguns Estados brasileiros, e salvaguardar os demais. Nós precisamos ter coerência. O País passa por uma dificuldade enorme. A crise é muito forte — a crise na base é muito forte.

Mas nós também queremos fazer aqui um apelo: precisamos de uma solução para os Municípios deste País. Os Municípios também passam por uma crise profunda e para a qual não estamos olhando.

Os Municípios estão amargando uma situação muito complicada, sem poder pagar suas contas, rolando dívidas do INSS. O REFIS não contempla a situação dos Municípios. E nós não estamos olhando para isso. Estamos observando os Estados — é correto encontrar uma solução para os Estados —, mas é muito importante que olhemos para os Municípios.

Deputado Hildo Rocha, que é municipalista, e todos nós que abraçamos a causa municipalista, precisamos achar uma solução urgentemente para salvar os Municípios deste País. Eles estão sem condições de pagar suas folhas; estão sem condições também de honrar seus compromissos; estão sem condições de cumprir as obrigações com limpeza pública, saúde e educação, para mantê-las em funcionamento com qualidade, porque não têm dinheiro.



A atividade econômica é baixa. Isso gera pouco FPM. E, se gera pouco FPM, também gera dificuldades para esses Municípios.

Eu queria fazer um apelo ao Líder do Governo, o Deputado Aguinaldo Ribeiro, a toda bancada do Governo e aos partidos de Oposição: precisamos urgentemente salvar os Municípios do Brasil.

Estamos, neste momento, olhando para os Estados — é correto olhar para os Estados. Não sou contra isso, pelo contrário: sou a favor. Mas precisamos olhar para a célula menor deste País, que é onde mora o povo, porque as pessoas nascem, crescem e morrem nos Municípios. Precisamos olhar também com o coração e com a razão para os Municípios, para que saiam desta situação em que se encontram.

Quero parabenizar o Governo pela iniciativa de salvar os Estados. É difícil? É. É um acocho? É. Mas é preciso uma solução, com certeza.

Faço um apelo a todos, a toda bancada municipalista para que abracemos a causa dos Municípios e encontremos soluções imediatas para salvar os Municípios do Brasil.

Muito obrigado, Sr. Presidente.



O SR. DOMINGOS SÁVIO - Sr. Presidente, Deputado Rodrigo Maia.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Concedo a palavra ao Deputado Arnaldo Faria de Sá, para uma Comunicação de Liderança. *(Pausa.)*

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB-MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Enquanto isso, Sr. Presidente, solicito a V.Exa. que coloque em pauta na reunião de amanhã, se não for possível hoje, o requerimento de urgência, que já está sobre a mesa, para que possamos votar o Projeto de Lei Complementar nº 100, de 2011, que está há 6 anos aqui na Casa e que é do interesse das cooperativas de crédito e dos Municípios do interior de todo o Brasil.

Há um consenso: foi subscrito o requerimento de urgência pelo PSDB, pelo PMDB, pelo PT, pelos partidos da Base e da Oposição, porque é uma matéria de interesse do País, do cooperativismo de crédito e das Prefeituras, especialmente, do interior, onde só existe a cooperativa de crédito, e é importante que ela possa atuar também com as Prefeituras.

Então, o meu apelo a V.Exa. é para que inclua na pauta, ainda hoje ou amanhã, a votação deste requerimento de urgência.



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Concedo a palavra ao Deputado Arnaldo Faria de Sá, para uma Comunicação de Liderança, pelo Bloco Parlamentar PTB/PROS/PSL/PRP.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (Bloco/PTB-SP. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, eu acabei não tendo a oportunidade de participar do núcleo dessa discussão, porque peguei uma virose, fui internado no Departamento Médico, e só me liberaram agora.

Na verdade, antes de ter este problema, ainda consegui resolver a questão da Medida Provisória nº 767, de 2017, que trata das aposentadorias por invalidez e dos auxílios-doença. A carência, pela proposta do Governo, muda de 4 para 12 anos, e nós negociamos para voltar para 6 anos.

Quando o benefício for judicial, para se cortar, tem que haver uma junta médica, uma junta de peritos. E quando a pessoa tiver mais de 15 anos, ela não poderá ter o seu benefício suspenso. Isso é extremamente importante.

Agora, Sr. Presidente, parece que ninguém aqui está dando importância ao que aconteceu na semana passada. Nós saímos daqui, na terça-feira, e vimos um terremoto, um tsunami, delações e mais delações. Várias pessoas estão sendo citadas. Parece que tudo é normal. Parece que ninguém se deu conta do tamanho dessa confusão. Ela alcança a ordem de 3,4 bilhões de dólares, 10 bilhões de reais. O Governo retirou, só da DRU, 12 vezes mais do que isso da Seguridade: foram 120 bilhões de reais.

A situação do Rio de Janeiro é crítica, é complicada? Sim, porque roubaram, meteram a mão, perderam o controle, enfiaram a mão onde não tinham que enfiar. E agora nós é que temos que resolver o problema do Estado. O Rio de Janeiro não



tem solução, está falido, tem que haver intervenção. E o Governo não intervém, porque, se intervir, vai parar a tramitação da reforma. Essa é a grande jogada. Por isso não quer.

Nós denunciamos desta tribuna que esse projeto aumenta a alíquota previdenciária de 11% para 14% e mais uma taxa extraordinária temporária, que não se sabe qual é, nem por quanto tempo será.

Fica estabelecida a privatização de energia, de saneamento e de outros serviços. É algo sem sentido, sem lógica.

Denunciamos aqui também que, enquanto estava para ser votado esse projeto nesta Casa, o Governador mandou para a Assembleia um projeto de incentivo fiscal para a AMBEV, o que esse projeto veda. Ainda bem que a empresa desistiu desse incentivo. A AMBEV abriu mão, não quer mais esse incentivo, porque sabe que estará vinculado a este Governo, que deixa muito a desejar.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, nós não poderemos, a pretexto de ajudar a salvar o Rio de Janeiro, aumentar a alíquota previdenciária no mínimo para 14%, além de outra taxa temporária extraordinária. O que é isso? Esta Casa parece que não sabe o que está acontecendo. Em todos os canais de televisão, fizeram uma novela com as delações da Odebrecht. E ainda há alguns delatores que são irônicos. *“Eu comprava mesmo! O meu prazer era comprar Deputado”*. Outro dizia: *“Eles estão esperando horas e horas porque não sabiam a senha para receber a sua participação”*.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, V.Exas. estão cometendo um crime de lesa-pátria ao aumentar a alíquota de 11% para 14%, criando uma alíquota



extraordinária, temporária, repito, sem saber qual é o tempo e sem saber qual é a taxa.

Por isso, quem tiver o mínimo de respeito, o mínimo de responsabilidade, vote “não”, porque, sem dúvida nenhuma, esta votação vai acabar com o pouco que resta dos servidores públicos, que não têm culpa do que está acontecendo. Precisamos defender o serviço público. É obrigação nossa, até porque nós, no exercício do mandato, também temos um múnus público.

Sem dúvida nenhuma nós não podemos nos manter indiferentes ao que está acontecendo. É lamentável! Aqueles que votarem “sim” terão uma irresponsabilidade por muito tempo.

Votem “não”!



O SR. RICARDO TRIPOLI - Sr. Presidente, pelo PSDB.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Concedo a palavra ao Deputado Pedro Paulo, para uma Comunicação de Liderança, pelo PMDB. *(Pausa.)*

O SR. PAUDERNEY AVELINO (DEM-AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu gostaria de convidar os Srs. Deputados que ainda não vieram votar para acorrerem ao plenário e exercerem o seu direito de voto. É importante essa votação.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Deputado Pauderney, não precisa correr. Alguém se machuca, e a responsabilidade vai ser sua.

A SRA. MARIA DO ROSÁRIO - Sr. Presidente...

O SR. PAUDERNEY AVELINO - Acorrerem, Sr. Presidente.

O SR. RICARDO TRIPOLI (PSDB-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, só quero fazer uma solicitação.

O Deputado Domingos Sávio acabou de usar a palavra para solicitar a votação do regime de urgência para o projeto do cooperativismo. Na mesma linha do Líder do Governo e de alguns Líderes aqui, eu gostaria de pedir, em nome da bancada do PSDB, que V.Exa. pautasse essa urgência.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Eu pautarei amanhã, Deputado.

O SR. RICARDO TRIPOLI - Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Concedo a palavra ao Deputado Pedro Paulo. *(Pausa.)*

O SR. CARLOS MARUN (PMDB-MS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, V.Exa. me concede 1 minuto antes do meu correligionário, o Deputado Pedro Paulo?



Quero dizer, Deputado Pedro Paulo, nosso eminente colega e correligionário, que nós que somos seus colegas de bancada nos sentimos felizes e orgulhosos pelo excepcional trabalho que V.Exa. desenvolveu na elaboração desse substitutivo, agindo de forma consciente, responsável e democrática. O amigo está escrevendo uma bela página na história da sua vida política e do Parlamento brasileiro.

Parabéns! O PMDB se sente honrado e obviamente vota “sim” ao seu substitutivo. E faço um alerta: eu nunca vi alguém se arrepender de ser solidário. Votar “sim” a esse projeto é também um gesto de solidariedade.

Eu peço aos colegas que se abstiveram ou votaram “não” que reflitam sobre isso. Ainda há tempo de mudarem o voto e votarem “sim” a esse excepcional projeto.

Parabéns, Deputado Pedro Paulo!



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Com a palavra o Deputado Pedro Paulo, pela Liderança do PMDB.

O SR. PEDRO PAULO (PMDB-RJ. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Obrigado, Deputado Carlos Marun, pelas palavras.

Sr. Presidente, eu queria saudar as Deputadas e os Deputados desta Casa, agradecer, em especial, ao Líder do PMDB, Deputado Baleia Rossi, que me concedeu o direito de falar pela Liderança.

Queria dizer, em primeiro lugar, às Sras. Deputadas e aos Srs. Deputados, que esse era um projeto a respeito do qual, quando veio para esta Casa, muitos Deputados, praticamente todos os Deputados, diziam: *“É impossível esse projeto vir à pauta, é impossível buscar algum consenso para que ele tenha a chance de sequer estar vivendo esse momento que nós estamos vivendo agora”*.

É claro que nós não sabemos ainda o resultado da votação. Mas a primeira vitória já é a construção de um consenso, porque eu vi muitos Deputados dizerem aqui: *“Ah, um substitutivo que se estava tentando colocar aqui em pauta, e que não combinava com ninguém, um substitutivo que simplesmente não conversava com as diversas partes envolvidas, com os Estados, com o credor, que é a União”*. E se queria correr o mesmo erro: de fazer um projeto que não tivesse condições de ser implementado na prática.

Nós fizemos a construção em cada partido, em cada bancada regional.

Tive a honra de ser escolhido Relator dessa proposta e conversar basicamente com os Deputados de todos os partidos.

O que se percebeu é que este Plenário se dividiu em duas principais frentes: de um lado, Parlamentares que eu respeito, mas que não acreditam nas medidas



que precisam ser tomadas com a recuperação fiscal. É legítimo não acreditar no processo de ajuste patrimonial quando Estados não conseguem sequer discutir se as empresas públicas são mais ou menos eficientes. A deterioração é tamanha, que a única chance é, sim, ajustar patrimônio.

É importante dizer que ouvi muito aqui Deputados da Oposição dizerem o seguinte: *“Esse é um projeto de moratória. Vai se interromper o pagamento das dívidas como uma moratória”*. Moratória é quando não há combinação entre as partes, quando não há negociação entre as partes, quando é uma decisão unilateral. Aí, sim, é moratória. Esse projeto jamais foi isso. Desde o primeiro momento, nós trouxemos o Governo à negociação.

E o substitutivo, que está sendo votado agora, foi fruto dessa construção do possível, de um projeto que é optativo. Para aqueles Estados que hoje se enquadram nos três indicadores, num processo transparente, que dá parâmetros para se requerer o regime de recuperação fiscal, ele é optativo.

Mesmo que os três Estados atinjam ou extrapolem esses limites, o Estado tem que querer, tem que acreditar que o caminho da recuperação fiscal é o último, para que se possa ter uma luz no fim do túnel. Essa é a condição em que vivem Estados como o Rio de Janeiro, o Rio Grande do Sul e Minas Gerais.

E é optativo, por exemplo, o Rio de Janeiro querer se valer da recuperação fiscal. Está aqui o Governador Pezão militando para que esse projeto seja aprovado. O Governador do Rio Grande do Sul esteve aqui também militando para que esse projeto fosse aprovado. Minas Gerais, no entanto, não tomou sua decisão. O Governador do Estado não disse se quer ou não aderir a ele. Mas vai poder fazer essa escolha. Esta escolha não é imediata, automática nem obrigatória.



Então, é muito importante que se coloque isso para os Deputados de outros Estados, que estão achando que essas medidas, de forma automática, valem para todos os Estados. Não valem. Elas valem para os Estados que requerem um plano de recuperação. Em seguida, esses Estados vão ter que aprová-las em suas assembleias, num amplo processo de discussão. Portanto, é importante deixar isso absolutamente claro.

Outro ponto que foi colocado aqui: *“Vamos discutir uma renegociação de dívidas”*. Recuperação fiscal não é renegociação de dívidas. É interrupção desses pagamentos, que serão retomados num prazo de 3 anos, com juros e correção monetária. Mas esse período permitirá que os Estados possam se recuperar.

O SR. NELSON MARQUEZELLI - Vamos votar, Sr. Presidente!

O SR. PEDRO PAULO - Muitos Deputados disseram: *“A redução obrigatória de 10% dos incentivos vai tirar a competitividade dos Estados na guerra fiscal”*. Não é verdade. Ela vai permitir que os Estados possam, dos incentivos fiscais que concederam, estudar aqueles que realmente são necessários e aqueles que não são.

E mais: os Deputados que vieram à tribuna para dizer que esse é um projeto que arrocha o servidor público não estão andando nos Estados que estão vivendo essa situação, porque, quando encontro servidores públicos no meu Estado, o Rio de Janeiro, o que eles estão pedindo é que se aprove a recuperação fiscal, porque não aguentam, todo mês, ter que ir a agiota e ter que se endividar quase 10% por ano, para poder pagar suas contas. E esse projeto dá oportunidade de se colocarem salários em dia, mas ele traz ao Estado à realidade de que ele tem compromissos nos próximos 3 anos.



Então, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, eu queria, por fim, fazer um apelo, do ponto de vista do Rio de Janeiro. Queria chamar todos, sim, ao sentido de solidariedade. Nós do Estado do Rio de Janeiro não temos alternativa: ou se opta pela recuperação fiscal, ou o que pode vir depois não sabemos. Mais um alerta: o que vem depois é muito pior do que se pensa que seria aderir a um projeto de recuperação fiscal.

Diversos Deputados de outros Estados trouxeram pleitos legítimos de renegociação de dívida de seus Estados. Essas discussões não estão impedidas de continuar. Por exemplo, no caso da Lei Kandir, a qualquer tempo, esta Casa vai definir os critérios que poderão ser negociados com os Estados.

Por isso, reitero a todos os Deputados e Deputadas que votem “sim”, que votem pelo substitutivo, que votem pela recuperação fiscal, porque, sem dúvida alguma, para fluminenses, gaúchos e mineiros, essa é a chance de seus Estados se recuperarem.

O que nós estamos falando aqui não é para proteger Governo, mas é para salvar cidadãos, salvar servidores públicos e melhorar a qualidade de vida nos nossos Estados.

Muito obrigado, Sr. Presidente.



O SR. MAURO PEREIRA - Sr. Presidente, V.Exa. me permite 1 minuto?

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Tem a palavra o Deputado Aguinaldo Ribeiro, pela Liderança do Governo. *(Pausa.)*

O SR. MAURO PEREIRA (PMDB-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu gostaria de parabenizar todos os Deputados e Deputadas que estão aqui em plenário votando, exercendo seu direito e agradecer-lhes, porque, realmente, um Estado com uma situação difícil como a do Rio Grande do Sul, com o Governador José Ivo Sartori cortando gastos, fazendo de tudo para acertar as finanças, precisa da solidariedade do povo brasileiro, que está representado aqui nesta Casa.

Então, agradeço muito a todos que estão votando, que estão sendo solidários. Hoje, são os Estados do Rio Grande do Sul, do Rio de Janeiro e de Minas Gerais.

Tomara que os Estados de V.Exas. não precisem estar na situação em que está o nosso Estado, o Rio Grande do Sul, porque infelizmente os partidos que quebraram o nosso Estado e o Brasil estão fazendo campanha contra nós, que são o PT, o PCdoB, a Rede e outros.

Peço, por favor, que votem solidariamente e parabenizo todos os que votaram “sim” a esse projeto.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Com a palavra o Deputado Aguinaldo Ribeiro.

A SRA. ALICE PORTUGAL - Sr. Presidente, peço a palavra para um comunicado rápido.



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - O Deputado Aguinaldo Ribeiro está com o tempo de Líder — e não está sendo um cavalheiro. *(Risos.)*

A SRA. ALICE PORTUGAL - Não há problema, eu aguardo.

O SR. AGUINALDO RIBEIRO - Eu aguardo V.Exa. falar.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Com a palavra a Deputada Alice Portugal.

A SRA. ALICE PORTUGAL (PCdoB-BA. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Fazendo jus à sua trajetória, Deputado Aguinaldo Ribeiro, muito obrigada.

Sr. Presidente, apenas comunico, em nome do PCdoB, em nome da nossa bancada, que nós estamos expressando a nossa posição contrária à Proposta de Emenda à Constituição nº 306, de 2017. Essa PEC quer alterar a redação do § 3º do art. 12 da Constituição, que insere no rol de cargos privativos de brasileiros natos o de Senador da República, de Governador e Vice-Governador e de Ministro das Relações Exteriores.

Na nossa compreensão, essa proposição está sendo utilizada para atingir determinado político. E isso se transformou em instrumento de campanha eleitoral no Estado do Tocantins, com vistas a interferir na eleição a Governador no ano que vem, indeferindo a candidatura à reeleição do atual Governador.

Sr. Presidente, diante disso, como houve controvérsias, o PCdoB se manifesta de maneira formal.

Agradeço a gentileza pelo tempo de fazer esse comunicado.

Muito obrigada.



PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELA ORADORA

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, venho, em nome da bancada do Partido Comunista do Brasil, expressar nossa posição contrária à Proposta de Emenda à Constituição nº 306, de 2017. A PEC 306/17 quer alterar a redação do § 3º do art. 12 da Constituição Federal de 1988 para inserir no rol de cargos privativos de brasileiros natos os de Senador da República, de Governador e Vice-Governador e de Ministro das Relações Exteriores.

à primeira vista, parece apenas ser um debate para acrescentar mais cargos a serem reservados aos brasileiros natos aos já previstos na Carta de 1988, que, atualmente, são os de Presidente e Vice-Presidente da República; Presidentes da Câmara dos Deputados e do Senado Federal; Ministros do Supremo Tribunal Federal; cargos da carreira diplomática e de oficial das Forças Armadas; e de Ministro de Estado da Defesa.

No entanto, esta proposição está sendo utilizada para atingir determinado político e se transformou em instrumento de campanha eleitoral no Estado do Tocantins, com vistas a interferir na eleição de Governador do ano que vem.

Portanto, a iniciativa legislativa ao assumir este caráter fica prejudicada. Não podemos mudar a Constituição Federal para alimentar desejos de grupos políticos que querem tirar da disputa candidato que lidera as pesquisas eleitorais.

Também é sempre bom lembrar que a Constituição Federal, no *caput* do art. 37, determina que todos os Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios devem obedecer aos princípios da moralidade e impessoalidade, dentre outros.



Muitos Parlamentares, inclusive alguns do PCdoB, assinaram a tramitação da PEC 306/17, com o intuito de promover o debate sobre o art. 12 da Constituição, sem poder prever que assumiria esta conotação desvirtuada. Mas, ao tomarem conhecimento de que esta iniciativa ganhou natureza de disputa eleitoral, colocam-se contra a proposição.

O PCdoB alerta os demais Deputados para o aspecto eleitoral que foi dado a esta Emenda Constitucional e vai atuar para que a PEC 306/17 não seja aprovada.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Com a palavra o Deputado Aguinaldo Ribeiro.

O SR. AGUINALDO RIBEIRO (Bloco/PP-PB. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, eu ocupo a tribuna num momento de extrema relevância para o nosso País. Estamos vivendo o instante, sobretudo nós que somos Parlamentares e temos a delegação popular, de construir as soluções de que o nosso País precisa.

Neste momento de dificuldade que o Brasil enfrenta, face à crise — e não vou aqui replicar ou repetir aquilo que alguns Parlamentares já trouxeram nas suas falas —, impõe-se o senso de responsabilidade com o País, acima inclusive das ideologias ou das disputas políticas. Somos uma Federação. Há que se respeitar a autonomia dos Estados, há que se respeitar, principalmente, os Estados que tiveram o compromisso e a responsabilidade com a gestão pública. Assim como fazemos na empresa privada, por exemplo, temos que criar uma solução para os Estados que entraram em extrema dificuldade, seja por problemas de gestão, seja por problemas de força maior.



O que se está fazendo hoje? O que nós estamos votando hoje? Diferentemente daquilo que se tentou trazer para o debate, que foi um programa de linha de crédito para alguns Estados, para socorrer alguns Estados, diferentemente desse entendimento, o que estamos fazendo aqui é regular um programa de recuperação fiscal para aqueles Estados, Deputado Júlio, que se encontram em fase pré-falimentar, em fase de insolvência, em extrema dificuldade.

E, nessa construção, há que se fazer justiça a todos os que se detiveram num tema tão relevante e importante como este, que é caro para todos nós, porque é caro para o País. Na Federação, pressupõe-se que se pensa na Nação como um todo. E é por isso que se está votando um texto que impõe garantias e impõe, sim, contrapartidas, até para fazer justiça com quem, por exemplo, cumpriu o seu dever de casa.

Se é nossa responsabilidade primar pela gestão pública, é também nosso dever, ao colocar um programa de recuperação fiscal, fazer um ajuste, um pacto com aqueles Estados que estarão aderindo de forma soberana. É bom dizer que não há imposição a qualquer Estado para aderir a esse programa, que apenas se regulamenta de forma clara. Porque também não estaríamos sendo justos com os Estados que obedeceram à Lei de Responsabilidade Fiscal e que mantêm e mantiveram as suas contas equilibradas.

Eu sei que trazemos esta discussão, às vezes, para as questões pontuais, que a levamos, às vezes, para uma dificuldade pontual, quer seja de categoria, quer seja de demanda específica. Na verdade, nós estamos aqui discutindo... Tenho certeza de que a construção foi feita de forma democrática, ouvindo-se todos os Parlamentares.



Quero aproveitar para mencionar o trabalho do Relator Pedro Paulo, que, de forma paciente, de forma cuidadosa, zelosa, verificou exatamente essas demandas, para que pudéssemos ajustar esse texto, para que fosse um texto que representasse aquilo que todos nós queremos neste instante, que é dar uma solução aos Estados que se encontram nessa situação e que precisam ter o seu dia a dia resolvido, e também para conciliar algumas demandas que vieram de alguns Estados.

Faço menção a alguns programas que foram construídos pelo Governo, com o Presidente Michel Temer, com o Ministro Henrique Meirelles, com a Secretária Ana Paula, a exemplo das linhas de crédito do BNDES para os Estados, o que é uma forma de criar alternativa de infraestrutura, é uma possibilidade para esses Estados alongarem suas dívidas e melhorarem o seu fluxo de caixa. Estamos falando de uma medida que gera, sem dúvida alguma, a regularização e o fortalecimento do fluxo de caixa desses Estados. Essa também foi uma medida atendida com sensibilidade, para gerar nesses Estados uma resposta concreta, uma resposta real para a dificuldade que todos estamos vivendo nesta crise.

Mas é importante também destacar que, à medida que nós Parlamentares votamos matérias que são relevantes, o Brasil começa a dar sinais de recuperação, seja na economia, como ocorreu agora há pouco, seja na credibilidade do próprio mercado. Há até a aposta de que, se na política nós tivermos a responsabilidade de votar o que precisa ser votado, respondendo ao nosso País, certamente se recuperará de forma muito rápida o nosso País. Eu acho que esse é o desejo de todos nós, que está acima de qualquer disputa neste momento. Recuperar o



emprego, recuperar a nossa economia, recuperar a possibilidade de cada cidadão voltar a ter os seus direitos conquistados é o desejo de todos nós aqui nesta Casa.

Sr. Presidente, eu tenho a convicção de que nesta noite nós haveremos de ter essa responsabilidade, haveremos de aprovar o texto principal, que é fundamental neste processo. Amanhã enfrentaremos os destaques que se apresentam e haveremos de ter o mesmo senso de responsabilidade na sua discussão.

Sr. Presidente, estamos renovando o pedido de regime de urgência para a reforma trabalhista, que também é uma matéria importante, porque vai modernizar o nosso País. E enfrentaremos esse debate, votando a urgência no dia de amanhã. Após votarmos as urgências, inclusive a do projeto do cooperativismo, nós também poderemos enfrentar esse debate.

Acho que esse é o nosso papel. Esta Casa tem que responder aos reclamos do povo brasileiro. Nós todos aqui. Que ninguém venha dizer que este Congresso não tem legitimidade para legislar. Aqui todos têm legitimidade para legislar, seja da Oposição, seja do Governo. É este o nosso papel: legislar e trabalhar. Este Congresso não pode ficar paralisado. Esta Câmara não pode ficar paralisada.

Tenho a convicção de que fecharemos a semana produzindo e respondendo ao nosso País.

Muito obrigado.

O SR. ALESSANDRO MOLON (Rede-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, encerre a votação. Já há meia hora vemos esse número de Parlamentares. Encerre a votação, Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Tem a palavra o Deputado Pompeo de Mattos.



O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu só quero reafirmar aqui a preocupação que todos nós temos. Estava assistindo ao Líder do Governo falar. Todos nós queremos a mesma coisa. A questão são os caminhos que nos levam aonde pretendemos chegar.

O caminho escolhido para que fizéssemos a negociação da dívida dos Estados com a União é íngreme, tortuoso, equivocado, ruim para os Estados, especialmente o Rio Grande do Sul. Ele não é bom para o Rio, não é bom para Minas Gerais e nem será bom para os outros Estados, que serão nós amanhã. E é bom avisar que eles vão ter que vender seus ativos. É aquilo que eu disse: vão comer a ponta das unhas, vão comer a ponta dos dedos para matar a fome na barriga, vão vender as estatais para pagar prestação de dívida.

Isso é ruim, Sr. Presidente. O meu Rio Grande não pode ficar de joelhos. O Rio Grande não vai lamber botas, não vai pedir penico. Nós vamos continuar reclamando, reclamando, reclamando, porque temos haveres, temos direito. E a Lei Kandir...

(Desligamento automático do microfone.)



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Concedo a palavra ao Deputado Júlio Cesar, pela Liderança do PSD.

O SR. JÚLIO CESAR (PSD-PI. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, relutei muito para me conscientizar de que deveria apoiar a tese de renegociação dos débitos dos Estados brasileiros, porque os mais endividados são exatamente aqueles que, no passado, tiveram mais privilégios concedidos pela própria União, assumidos por ela quando se fez a renegociação em 1997.

Eu me conscientizei de que o nível de comprometimento desses três Estados se deu por exagero dos seus governantes do passado e que, por isso, hoje está se punindo o povo desses Estados. E não temos o dever de punir esse povo, que não tem nenhuma responsabilidade pela má gestão dos governantes do passado — não quero nominar ninguém —, quando houve este nível de comprometimento.

Então, eu, que tinha uma posição de votar contra a matéria, votei a favor. Por quê? Porque espero do Governo Federal que ele compense os Estados excluídos. Quais são estes? O Sul e o Sudeste, que têm sete Estados, devem 90% do débito negociado com o Governo. O Norte, o Nordeste e o Centro-Oeste, que têm 20 Estados, com o Distrito Federal, devem 10%.

Mesmo assim, esperamos a compreensão do Governo Federal, que ele compense principalmente os Estados que tiveram que pagar o seu débito, como o meu Estado do Piauí, que, no Governo passado, teve que contrair um empréstimo externo pela metade do encargo da renegociação e quitou a sua dívida junto ao Tesouro. E acho que o Rio Grande do Norte, assim como muitos Estados do Norte e do Nordeste, deve menos de 0,5%.



Então, vou apoiar esta renegociação, esperando que aquele acordo feito com os Governadores dessas três Regiões seja cumprido por parte do Governo, principalmente com aqueles Estados que chegaram inclusive a quitar seu débito com o Tesouro Nacional.

O segundo assunto de que quero falar, Sr. Presidente, é sobre o REFIS das empresas. O Programa de Regularização Tributária instituído pela Medida Provisória nº 766, de 2015, que o Governo enviou a esta Casa, não satisfaz, pelo menos diante da realidade que o Brasil está vivendo, em que há um nível de desemprego jamais visto na nossa história, em que há queda na arrecadação, em que há queda no salário médio do povo brasileiro, em que muitas empresas fecharam e muitas estão com dificuldades.

Então, o Deputado Newton Cardoso Jr, de Minas Gerais, que é o Relator dessa medida provisória, apresentou várias emendas, que estamos apoiando. V.Exas. sabem por quê? Porque o Governo diz que fazer REFIS é fomentar a inadimplência, para depois negociar com desconto. Mas isso não é verdade.

Eu tenho aqui os seis últimos REFIS feitos pelo Governo, entre eles, o REFIS feito em 2000, o REFIS feito em 2003, o REFIS feito em 2006. E, acima de tudo, tenho aqui o REFIS feito em 2009, que arrecadou quase 100 bilhões de reais, o REFIS dos Bancos, que foi o maior privilégio concedido em todas as negociações de todos os REFIS. Havia banco que devia 35 bilhões de reais e pagou 5 bilhões de reais à vista. Foi concedido um desconto considerável, jamais visto em nenhuma empresa.



Então, espero que o Deputado Newton termine o seu relatório e que o Governo absorva as ideias da Comissão, as várias emendas incorporadas por S.Exa. ao texto original da medida provisória, para que possamos renegociar.

Eu fiz um somatório dos seis últimos REFIS. O Governo já arrecadou 200 bilhões de reais. É pouco? Não, é muito, porque, se ele aciona a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional — PGFN para cobrar o seu ativo, o processo leva mais de 8 anos, sendo que a recuperação é 0,02%. Ou seja, de 1 bilhão de reais, ele só recupera 2 milhões.

Então, o REFIS é uma maneira de o Governo resolver o problema das empresas, o próprio problema de caixa e também o problema dos entes federados, porque, dentro do REFIS, está o Imposto sobre Produtos Industrializados — IPI e o Imposto de Renda que constitui os fundos constitucionais, o Fundo de Participação de Estados e Distrito Federal — FPE e o Fundo de Participação dos Municípios — FPM.

Por último, Sr. Presidente, eu pediria mais 1 minuto para fazer um apelo ao Ministério da Fazenda: que ele agilize urgentemente a resolução do Conselho Monetário Nacional, prorrogando os débitos dos agricultores do Nordeste, que, a cada 10 anos, convivem com 6 secas, 6 períodos de estiagem. Não quero privilégios, quero apenas que ele prorrogue tais débitos, para que o agricultor possa pagá-los ao final do contrato.

Já estivemos com o Ministro da Fazenda umas duas vezes. Estive hoje com o Ministro da Integração, que inclusive mandou a proposta de prorrogação, porque grande parte dos recursos vem dos fundos constitucionais.

Então, espero que o Conselho Monetário Nacional vote logo a prorrogação de todos os débitos dos agricultores nordestinos, botando o pagamento para o final.



O SR. AFONSO HAMM - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Alguns Deputados estão chegando e me pediram para aguardar.

Concedo a palavra ao Deputado Afonso Hamm.

O SR. AFONSO HAMM (Bloco/PP-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu queria fazer um registro importante.

Eu estive, hoje pela manhã, no Município de Pelotas e tive a oportunidade de fazer uma reunião com a Prefeita de Pelotas, Paula Mascarenhas. Lá anunciei a destinação de recursos no valor de meio milhão de reais para a área de saúde daquele Município e dos Municípios da zona sul do Estado.

Também participei de uma agenda importante na sede do Sindicato dos Lojistas do Comércio de Pelotas. Fui recebido pelo Presidente Gilmar Bazanella, juntamente com outras representações do chamado grupo de representação da Aliança Pelotas, que tem nove entidades representativas. E ali acertamos a priorização da conclusão da duplicação da BR-116, no trecho sul, fundamental para salvar vidas e promover o desenvolvimento.

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELO ORADOR

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, nesta manhã pude constatar, novamente, a situação decadente da BR-116, uma das mais importantes rodovias do País.

Ao mesmo tempo em que os gaúchos comemoram os excelentes resultados de uma supersafra, são obrigados a conviver com a incerteza da conclusão da duplicação de uma rodovia estratégica no escoamento da sua produção.



Totalmente saturada pelo volume de tráfego, principalmente de caminhões, a cada dia a BR-116 oferece mais risco à segurança e à vida das pessoas, além de estar se tornando um grande entrave ao desenvolvimento do Estado do Rio Grande do Sul.

Como representante da região sul do Estado, por diversas vezes reivindiquei que essa obra fosse priorizada pelo Governo Federal, tendo liderado audiências públicas e reuniões com o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes — DNIT, com a Polícia Rodoviária Federal — PRF e com o Ministério dos Transportes.

Diante do cenário de total abandono em que se encontra o trecho sul da BR-116, entre Guaíba e Pelotas, a sociedade gaúcha exige que os R\$ 634 milhões que faltam para a conclusão da duplicação da rodovia sejam garantidos no Orçamento.

Dividida em nove lotes, a extensão total da obra vai beneficiar 11 Municípios de forma direta: Guaíba, Barra do Ribeiro, Mariana Pimentel, Tapes, Sentinela do Sul, Arambaré, Camaquã, Cristal, São Lourenço do Sul, Turuçu e Pelotas.

Com o apoio da Associação dos Municípios da Zona Sul — AZONASUL, dos Municípios da região centro-sul e do movimento Juntos pela 116, buscamos um desfecho feliz para essa rodovia, diferentemente do que foi proporcionado até agora para centenas de famílias que perderam pessoas queridas em acidentes nessa estrada.

Diante do contingenciamento dos 32% do Orçamento, nosso apelo é para que seja assegurada a integralidade dos valores previstos para que a conclusão da BR-116 vire, enfim, uma realidade.



Era o que eu tinha a manifestar.

Peço a divulgação deste pronunciamento em *A Voz do Brasil*.

Muito obrigado.

O SR. EDMILSON RODRIGUES - Sr. Presidente, peço a palavra por 1 minuto.

O SR. ALESSANDRO MOLON (Rede-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, sem prejuízo do tempo do Deputado Major Olimpio, eu pediria a V.Exa. que, depois da fala de S.Exa., encerrasse a votação, porque o número no painel está o mesmo há cerca de 40 minutos.

Eu entendo a intenção de esperar, mas eu acho que quem tinha que votar já votou, são 435 votos.

O SR. EDMILSON RODRIGUES - Eu queria fazer um pedido, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Eu informo ao Plenário que esta será a última votação do dia de hoje.

O SR. EDMILSON RODRIGUES - Eu queria fazer uma solicitação, Sr. Presidente. V.Exa. me permite?

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Claro.

O SR. EDMILSON RODRIGUES (PSOL-PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, apenas pediria a V.Exa. que se empenhasse para constituir a Comissão Especial da Lei Kandir.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Deputado, nós vamos trabalhar para constituí-la amanhã à tarde.



O SR. EDMILSON RODRIGUES - Eu recebi um estudo — inclusive, agradeço ao Deputado Reginaldo Lopes — que tem a ver com esse debate, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - É verdade.

O SR. EDMILSON RODRIGUES - A União tem a receber dos Estados 603 bilhões de reais, mas os Estados têm a receber da União 596 bilhões de reais de reposição decorrente de perdas com a Lei Kandir. A diferença é pequena, ou seja, há praticamente um empate entre o que os Estados devem à União e o que a União deve aos Estados. O meu Estado, o Pará, deve receber 40 bilhões de reais. Essas são as perdas decorrentes da Lei Kandir. Como no projeto de lei que está sendo debatido agora não há previsão desse tipo de encontro, é fundamental debater a Lei Kandir.

A minha posição, é claro, é contra a proposta que está sendo votada, porque causa prejuízo para os servidores e para os Estados.

O SR. AFONSO HAMM - Sr. Presidente, solicito a divulgação da minha manifestação no programa *A Voz do Brasil*.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Claro, Deputado.



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Concedo a palavra ao Deputado Major Olimpio, para uma Comunicação de Liderança, pelo Solidariedade.

O SR. MAJOR OLÍMPIO (SD-SP. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, população que nos acompanha até a esta hora, depois de inúmeras tentativas para se votar esta matéria... E é bom que fique claro que não se votou esta matéria até então por falta de credibilidade. O Governo está arrebitado.

Os pedidos dos Estados podem até ser legítimos, mas foram originados em desvios, em crimes, em safadeza, em conluio criminoso.

Nós estamos aqui para votar um socorro para os Estados, mas socorro para os Estados é enfiar na cadeia quem vem roubando Estados como o Rio de Janeiro.

Nós estamos assistindo à ação da quadrilha do Maximus. O Maximus está preso, mas a quadrilha está solta. O Maximus comprava peça de joia de 1 milhão e 800 mil reais para a mulher. Isso é vergonhoso! Isso é coisa de safado!

Aí, eu entro na história justamente dos servidores públicos, de quem ninguém quer falar. Vai se impor um regime especial de recuperação fiscal para eles, aumentando a sua contribuição previdenciária de imediato de 11% para, no mínimo, 14%, congelando salários, promoções, quinquênios, quaisquer vantagens de quem já está recebendo. Isso não é justo. Aliás, isso é perverso demais.

Se botássemos as quadrilhas na cadeia, como no caso de São Paulo... Onde está o "Santo" da Odebrecht? São Geraldo Alckmin, o santo. São Geraldozinho, o probo. Maldito! Malditos sejam pelo que fizeram com os servidores e pelo que vão fazer ainda. Malditos os criminosos que nos estão impondo isso!



Hoje, o Governador de São Paulo, através do seu Secretário, num *“me engana que eu gosto”*, chamou os policiais para dizer: *“Olha, vocês não vão ter reposição de nada. Graças a Deus, aqui nós estamos pagando o salário”*.

Tudo produto da corrupção, da safadeza. Geraldo, o santo; Maximus, o criminoso que está na cadeia no Rio; e tantos outros, com as suas quadrilhas, dilapidaram o patrimônio do povo brasileiro. E agora, no momento em que se tem que fechar as contas, falam em responsabilidade fiscal e cobram novamente dos servidores.

Hoje, a polícia invadiu isso aqui e vai invadir muito mais, em todos os Estados. Eu quero ver o que V.Exas. vão fazer nessa covardia da reforma da previdência. Vão cobrar de novo de quem está pagando? Não é isso não!

O País está quebrado porque foi roubado, o dinheiro foi desviado, a Nação foi espoliada, coisa de bandido! E vão cobrar dos servidores de novo? Vão perder na votação da reforma da previdência! Vão perder em tudo, porque já perderam inclusive o que há de mais precioso: a credibilidade da população brasileira. Lixo! É um lixo esse PLP 343! Lixo, Governador do Rio! Lixo! Irresponsáveis! Criminosos!



O SR. MAURO PEREIRA - Sr. Presidente, V.Exa. me permite falar por 1 minuto?

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Concedo a palavra ao Deputado Mauro Pereira.

O SR. MAURO PEREIRA (PMDB-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu gostaria de agradecer e parabenizar o Ministro Blairo Maggi por sua postura. Hoje ele me recebeu, juntamente com os Prefeitos de Nova Roma do Sul e de Nova Pádua, para ouvir reivindicações. Quero parabenizar S.Exa. e sua equipe também porque hoje houve liberação por mais três países da compra da nossa carne. Foi um trabalho rápido, um trabalho muito benfeito do Ministro Blairo Maggi e da equipe de servidores do Ministério, que, de forma dinâmica, fez com que o mundo reconhecesse que o nosso País possui carne, gado e frigorífico de qualidade para continuar fornecendo ao mundo.

Então, quero parabenizar o nosso Governo por sua equipe e seu trabalho. Parabenizo o Presidente Temer e o Ministro Blairo Maggi pelo excelente trabalho que têm feito pelo nosso País!

Era isso.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Dois Deputados me pediram para aguardar, porque estão chegando. Em seguida vou encerrar a votação.

O SR. ALCEU MOREIRA - Sr. Presidente, enquanto V.Exa. aguarda, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Tem V.Exa. a palavra.



O SR. ALCEU MOREIRA (PMDB-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) -

Sr. Presidente, nós ouvimos aqui alguns discursos que pecam pela generalização. Quando alguém se julga no direito de ir ao microfone e chamar todo o mundo por adjetivos que lhe vêm do estomago, porque cérebro não tem, já se percebe que extirpou do discurso a razão e a capacidade de raciocinar.

O meu Rio Grande do Sul tem 27% da sua planta industrial voltada para a exportação. Quando foi feita a campanha Exportar é o que Importa, há 22 anos, o Rio Grande do Sul foi procurado lá no rincão do Brasil para emprestar suas empresas, seus parques industriais e sua mão de obra de qualidade, exatamente para que se fizesse frente à necessidade de exportação do Brasil.

A nossa indústria de calçado e a nossa indústria metalmeccânica entraram nesse processo com volume gigantesco. Façam a conta: 27% de toda a nossa produção industrial são destinados à exportação. E nós perdemos tudo isso com a Lei Kandir.

Dizer que o Estado do Rio Grande do Sul está com problema financeiro só por causa disso talvez não seja adequado. É verdade que houve um Estado que se estabeleceu, principalmente por causa dos partidos de esquerda, que lotavam as galerias para transformar tudo da porta para dentro do Estado em direito adquirido. Todo o mundo tinha direito! Teve gente que entrou no serviço público como ascensorista e, 25 anos depois, ganhava 17 mil reais.

Ninguém vem para a tribuna agora discutir a transformação de direitos que usurpavam o direito da maioria à igualdade, que desconsideraram a questão pública como fundamental.



Pois bem, se for o caso, nós teríamos bilhões de reais para receber que perdemos com a Lei Kandir. Se é pelo sacrifício do povo gaúcho, não venham com essa balela de privilégio, não venham acusar as pessoas de terem sido irresponsáveis. O povo gaúcho já pagou essa conta há muito tempo. Acontece que, com a ordem fiscal que temos no País hoje, só cabe negociação dessa forma. E o Governo Federal não está dizendo que será preciso vender qualquer coisa. O Estado que puder pagará à vista. A condição para a negociação é essa.

Então, quero dizer o seguinte: parabênizo a Câmara, que fez isso, e lamento que pessoas não mereçam usar a tribuna, porque, na sua linguagem, trazem o desrespeito absoluto pela generalização e pela ofensa gratuita.



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Está encerrada a votação. *(Pausa.)*

Resultado da votação:

SIM: 301;

NÃO: 127;

ABSTENÇÃO: 7.

A SUBEMENDA SUBSTITUTIVA FOI APROVADA.



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Estão prejudicados a proposição inicial, o substitutivo e as emendas, ressalvados os destaques.



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Nos termos do art. 189, § 6º, do Regimento Interno, esta Presidência deixa de submeter a votos as Emendas de Plenário nºs 7, 8, 16, 17, 18, 48 e 52, por terem recebido pareceres pela inadequação financeira e orçamentária, da Comissão de Finanças e Tributação, e pela inconstitucionalidade e injuridicidade, da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania.

O Recurso nº 206, de 2017, não será submetido a votos em virtude de a Emenda nº 7 ter recebido parecer pela inconstitucionalidade e injuridicidade da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, que não foi objeto de recurso.

A Presidência informa...

O SR. JULIO LOPES - Sr. Presidente, peço a palavra para homenagear...

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Só um minutinho, Deputado. Eu tenho que terminar isso aqui, senão a votação não vale.

A Presidência informa que foram retirados os Destaques nºs 2, 4, 5, 6, 7, 10, 13, 14, 15, 17 e 26.

Esta Presidência informa que os Destaques nºs 16, 20, 28 e 30 estão prejudicados.



O SR. JULIO LOPES - Sr. Presidente, peço a palavra para fazer uma homenagem justa ao Governador Pezão pela presença.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Espere, Deputado Julio.

Concedo a palavra ao Deputado Carlos Henrique Gaguim.

O SR. CARLOS HENRIQUE GAGUIM (Bloco/PTN-TO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu gostaria de parabenizar o querido Presidente por esta votação, o Estado do Rio, o Estado do Rio Grande do Sul, enfim, todos os Estados. Parabéns! Parabéns também ao Deputado Alexandre Baldy, que teve uma função muito importante nessa votação.

O SR. JULIO LOPES (Bloco/PP-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, gostaria de falar uma palavra em homenagem ao Governador Pezão, que lutou incansavelmente até o último momento por esta vitória hoje aqui, ouvindo injustiças e todo tipo de críticas. S.Exa. está aqui presente, acompanhando tudo e trabalhando. Queria deixar um grande abraço também ao Vice-Governador Francisco Dornelles, que estava acompanhando a votação com o coração na mão. Graças a Deus agora obtivemos esta vitória.

Amanhã, Sr. Presidente, vamos votar a urgência da reforma trabalhista!



PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO À MESA PARA PUBLICAÇÃO

O SR. VINICIUS CARVALHO (PRB-SP. Pronunciamento encaminhado pelo orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, demais presentes, caros telespectadores da *TV Câmara* e ouvintes da *Rádio Câmara*, a reforma da Previdência continua sendo o tema mais discutido não só na Comissão Especial da Câmara que analisa a proposta do Governo, mas em todos os segmentos da sociedade.

Não poderia ser diferente. A questão abrange milhões de brasileiros, que temem perder direitos conquistados. O Governo, por sua vez, preocupado com o déficit previdenciário, insiste na urgência da aprovação das medidas e, por conta dessa corrida contra o relógio, até admite promover algumas alterações na proposta original. Essas mudanças devem acontecer em cinco pontos: aposentadoria rural; Benefício da Prestação Continuada — BPC; pensões; aposentadoria de professores e policiais, e regras de transição.

Como membro da Comissão responsável pela análise da proposição, devo ressaltar que nenhuma reforma será eficiente se não houver uma discussão aprofundada de cada ponto polêmico. É necessário exaurir todos os argumentos a favor e contra. E é dentro deste princípio que reafirmo que, embora sendo o meu partido, o PRB, da base aliada, jamais seremos subservientes ao Governo.

Neste momento de tamanha importância para o nosso País, o embate de ideias se faz fundamental. Afinal, a reforma da Previdência será, juntamente com a trabalhista, a tributária e a política, o principal desafio deste ano legislativo. A pauta é complexa e acontece em um ano difícil. Precisamos ter consciência plena de que a



retomada dos empregos e do crescimento depende dos ajustes que serão feitos pelo Congresso.

Se, por um lado, a reforma da Previdência é o grande desafio deste primeiro semestre, por outro, não pode e não deve gerar injustiças a ponto de desestruturar a sociedade. As reformas são necessárias, mas não podem deixar os trabalhadores desprovidos de seus direitos. Não é justo que eles paguem a conta de um rombo previdenciário de que governos anteriores não se deram conta, ou melhor, para o qual fecharam os olhos. Pelo fato de o País não ter feito mudanças mais lentas lá atrás é que a situação chegou a esse ponto.

Não podemos desviar o foco de que a Previdência foi criada para dar garantia ao trabalhador. Entendemos que o objetivo do Governo ao propor novas regras para as aposentadorias é buscar a sustentabilidade das contas públicas, diante do déficit crescente do sistema previdenciário brasileiro. Mas é preciso lembrar que o objetivo primeiro da Previdência não é ser um instrumento fiscal. A previsão de uma economia de 678 bilhões de reais em 10 anos, somente com o INSS — sendo 4 bilhões e 600 milhões já em 2018 e 14 bilhões e 600 milhões de reais em 2019 —, pode ser meta desde que os trabalhadores não sejam prejudicados.

Cada um de nós Parlamentares tem o compromisso de agir com coerência. E essa coerência se faz ouvindo os anseios da população, analisando criteriosamente os pontos polêmicos e contatando os estudiosos da matéria, para que se faça juízo de valor. A proposta da reforma da Previdência tem que ser analisada com responsabilidade e espírito público, acima de disputas partidárias e eventuais divergências entre Governo e Oposição.

Nenhuma decisão pode ser tomada de forma descompromissada. Por isso,



debate e transparência precisam caminhar juntos. A Câmara será protagonista das reformas que o País precisa, mas tem que votar com a certeza de que trabalha pelo bem da sociedade.

Era o que tinha a dizer.



VI - ENCERRAMENTO

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Nada mais havendo a tratar, vou encerrar a sessão, lembrando que haverá Sessão Não Deliberativa Solene amanhã, quarta-feira, dia 19 de abril, às 9h30min, em homenagem aos 50 anos da Fundação Nacional do Índio — FUNAI e ao Dia do Índio.



CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ
Número Sessão: 080.3.55.O
Data: 18/04/2017

REDAÇÃO FINAL
Tipo: Deliberativa Extraordinária - CD
Montagem: 4176

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - **COMPARECEM MAIS OS SRS.:**



CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ
Número Sessão: 080.3.55.O
Data: 18/04/2017

REDAÇÃO FINAL
Tipo: Deliberativa Extraordinária - CD
Montagem: 4176

DEIXAM DE COMPARECER OS SRS.:



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Encerro a sessão, convocando Sessão Deliberativa Extraordinária para amanhã, quarta-feira, dia 19 de abril, às 9 horas, com a seguinte Ordem do Dia: Projeto de Lei Complementar nº 343, de 2017. Haverá matéria sobre a mesa para deliberação.



CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ

Número Sessão: 080.3.55.O

Data: 18/04/2017

REDAÇÃO FINAL

Tipo: Deliberativa Extraordinária - CD

Montagem: 4176

(Encerra-se a sessão às 22 horas e 18 minutos.)